

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO

MICHELLY RIBEIRO DOS SANTOS PEREIRA

**IDENTIDADE, TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO QUILOMBO
MESQUITA**

Prof. Orientador: Dr. Alessandro Roberto de Oliveira.

BRASÍLIA – 2025

IDENTIDADE, TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO QUILOMBO
MESQUITA

MICHELLY RIBEIRO DOS SANTOS PEREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós- Graduação em Educação da Faculdade de
Educação da Universidade de Brasília, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação Ambiental e Educação do Campo.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Roberto de Oliveira

BRASÍLIA – DF

2025

MICHELLY RIBEIRO DOS SANTOS PEREIRA

Identidade, Território e Educação Ambiental no Quilombo Mesquita

Dissertação defendida 28 de fevereiro de
2025 e avaliada pela banca examinadora:

Prof. Dr. Alessandro Roberto Oliveira

Universidade de Brasília – UnB
(Orientador/Presidente)

Profª Drª Ana Tereza Reis da Silva

Universidade de Brasília – UnB
(Membro Titular Interno)

Profª Drª Givania Maria da Silva

CONAQ
(Membro Titular Externo)

Prof. Dr. Eduardo Di Deus

Universidade de Brasília – UnB
(Membro Suplente)

Dedico este trabalho ao povo quilombola, especialmente aos membros da comunidade Mesquita, que, dia após dia, seguem resistindo e lutando para manter viva sua história. Dedico também à minha querida e guerreira mãe, que constantemente me incentiva e me ensina a valorizar os estudos e a lutar pelos meus sonhos e convicções. Sem a senhora, nada disso seria possível. Esta dissertação é fruto do seu esforço em nos educar e nos mostrar que a educação é o melhor caminho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por guiar meus passos, fortalecer minha caminhada e me conceder sabedoria para superar cada desafio. Sem Sua presença, nada disso seria possível.

À minha mãe e às minhas irmãs, minha eterna gratidão. Vocês sempre acreditaram em mim, mesmo quando eu mesma duvidava da minha capacidade. Obrigada por me incentivarem, por me encorajarem e por serem minha maior motivação. Este título não é apenas meu, é nosso!

Sou imensamente grata ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) pela oportunidade de cursar um mestrado acadêmico de tanta qualidade e enriquecimento. Meu sincero agradecimento ao meu orientador, Prof. Dr. Alessandro Roberto de Oliveira, por sua orientação, paciência e apoio incondicional ao longo deste processo. Às Prof^{as}. Dras. Ana Tereza Reis da Silva e Givania Maria da Silva, agradeço profundamente por aceitarem compor a banca de defesa e pelas contribuições valiosas que enriqueceram ainda mais este trabalho.

A comunidade do Mesquita ocupa um lugar especial em minha trajetória. Obrigada por me receberem de braços abertos e por colaborarem tão generosamente durante esse período. Em especial, meu carinho e reconhecimento à Danuza Lisboa, Manoel Neres, Wallison Braga, Sandra Braga e a todos os moradores que abriram suas portas e compartilharam comigo suas histórias e vivências.

À minha companheira, Zezé, minha parceira de vida, obrigada por estar ao meu lado nos momentos bons e difíceis, pela paciência nos dias em que o cansaço e o estresse falavam mais alto. Aos meus amigos João Vinícius e Eliane, obrigada por me ouvirem, por todo apoio e pelas conversas que tanto me ajudaram ao longo desta jornada.

Aos meus colegas de profissão, que torceram por mim e acreditaram na minha conquista, minha gratidão. Aos meus colegas de curso, Layane, Lícia e Elizandio, obrigada pelos ensinamentos, pela parceria e pelo suporte mútuo durante essa caminhada.

Por fim, minha eterna gratidão a todos que, de alguma forma, torceram, apoiaram e estiveram comigo ao longo dessa jornada. Este momento é também de vocês!

*Moro no Mesquita
Bem pertinho de Brasília
Onde conto a minha história
E a luta da minha família
Sou a Maria Laura
Quilombola de Mesquita
Minha cultura é muito linda
Tem catira, tem raposa
Tem novena e a folia
Sejam bem-vindos
E recebidos com a
marmelada de Santa Luzia
De manhã bem cedo
Depois que o sol mostra a cara
Aonde vai Maria Laura?
Chamar sua amiga Tainara
- Tainara, vamos pra folia?
- Oba, é pra já!
Elas vão pegar as botas e as butinas
E logo vão girar
Quando a folia desalvora
Só nos resta chorar*

Maria Laura – 9 anos

RESUMO

Esta pesquisa baseia-se inicialmente na experiência de trabalho como Orientadora Educacional na Escola Municipal Aleixo Pereira Braga, na Comunidade Quilombola Mesquita, localizada no município de Cidade Ocidental-GO, no entorno Sul do Distrito Federal. O objetivo deste trabalho é compreender a relação entre identidade e território do quilombo a partir da Educação Ambiental. Para isso, a pesquisa combina levantamento bibliográfico, documental e pesquisa participante para refazer um breve relato histórico sobre a Comunidade Mesquita desde a doação de terras até o último resultado do Censo Demográfico do IBGE de 2022. A partir da vivência no contexto atual da comunidade, abordamos a relação com o meio ambiente e o papel da educação ambiental nesse contexto, assim como suas tradições culturais, como festas, danças, comidas que durante décadas são cultivados por famílias. Finalizamos esta pesquisa falando sobre a luta e resistência da comunidade em comprovar a titularidade de suas terras.

Palavras-chave: educação ambiental, identidade, território, cultura, tradições.

ABSTRACT

This research is initially based on my experience working as an the Escola Municipal Aleixo Pereira Braga, located in the Comunidade Quilombola Mesquita, in the municipality of Cidade Ocidental-GO, in the southern surroundings of the Distrito Federal. During my tenure at the institution from 2018 to 2021, I developed an interest in learning more about the local history and culture. The aim of this work is to understand the relationship between identity and territory within the quilombo from the perspective of Environmental Education. To achieve this, the research combines bibliographic, documentary, and participatory research methods to provide a brief historical account of the Comunidade Mesquita, from the donation of lands to the latest results from the 2022 IBGE Demographic Census. Based on my experience in the current community context, I address the relationship with the environment and the role of environmental education in this context. Addressing their cultural traditions, such as festivals, dances, foods that have been cultivated by families for decades. I conclude this research by talking about the community's struggle and resistance in proving ownership of their land.

Key-words: environmental education, territorial identity, territory, culture, traditions.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
PERCURSO METODOLÓGICO.....	14
1 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO	19
1.1 O tempo de Aleixo Pereira Braga	19
1.2 O território	23
1.3 Lugares que trazem memória.....	28
1.4 Associação do Território Quilombola Mesquita - ATQM	30
1.5 A escola	32
2 A RELAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MESQUITA COM MEIO AMBIENTE E O CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	41
2.1 Tradições e festejos	43
2.2 Marmelo - o símbolo da comunidade Mesquita.....	48
2.3 O hibisco e a Festa N'golo.....	55
2.4 Principais problemas socioambientais no Quilombo Mesquita	59
3 A LUTA E RESISTÊNCIA COMO EDUCAÇÃO	63
3.1 A relação socioambiental	70
3.2 Roda de conversa “caminhos para a superação de conflitos em territórios quilombolas”.	76
3.3 Contexto atual	80
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	86
ANEXOS	93

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Território Delimitado pelo INCRA corresponde aproximadamente a 4.200 ha....	22
Figura 3 – Mapa da Localização do erritório.....	27
Figura 4 – Casarão de Aleixo Pereira raga.....	29
Figura 5 – Criação da Associação do Território Quilombola Mesquita – TQM.....	30
Figura 6 – Criação da Associação do Território Quilombola Mesquita – TQM.....	31
Figura 7 – Escola Municipal Alípio Pereira Braga.....	32
Figura 8 – Extensão da Escola Municipal Aleixo Pereira raga.....	34
Figura 9 – Pouso de Nossa Senhora da badia.....	45
Figura 10 – Pouso de Nossa Senhora da badia.....	46
Figura 11 – Desalvorada da Folia de Nossa Senhora da badia.....	47
Figura 12 – Desalvorada da Folia de Nossa Senhora da badia.....	47
Figura 13 – Fruto armelo.....	48
Figura 14 – Caixeta de armelada.....	50
Figura 15 – Caixeta de armelada.....	46
Figura 16 – João Paulo preparando a armelada.....	47
Figura 17 – Eu ajudando João Paulo no reparo.....	50
Figura 18 – Festa do Marmelo 2024 – Produção da armelada.....	52
Figura 19 – Goiabada e armelada.....	53
Figura 20 – Licor de Hibisco, doce de leite, goiaba em conserva e geleia de marmelo.....	54
Figura 21 – Festa N’Golo e aniversário de 278 anos do Mesquita – Flor e fruto hibisco.....	55
Figura 22 – Festa N’Golo e aniversário de 278 anos do Mesquita – Flor e fruto hibisco.....	56
Figura 23 – Licor de Hibisco.....	58
Figura 24 – Festa N’ Golo e aniversário de 278 anos do Quilombo Mesquita.....	59
Figura 25 – Área desmatada dentro do território do Quilombo Mesquita.....	59
Figura 26 – <i>Containers</i> para a coleta de lixo doméstico.....	62
Figura 27 – <i>Containers</i> para a coleta de lixo doméstico.....	62
Figura 28 – Localização dos condomínios nas proximidades do quilombo Mesquita.....	68

1 INTRODUÇÃO

Durante a minha graduação em pedagogia, ouvia alguns colegas comentando sobre projetos acadêmicos que faziam no Mesquita, mas não tive oportunidade de conhecer pessoalmente a comunidade. Em 19 de março de 2018, por meio de um concurso público, fui nomeada como Orientadora Educacional em Cidade Ocidental – GO. Ao escolher minha lotação, tive duas opções: a Escola Municipal Aleixo Pereira Braga ou uma escola no Jardim ABC, que é um bairro mais distante da cidade. Por questões de deslocamento, optei pela escola da Comunidade Quilombola Mesquita. Na época, enfrentei um grande desafio, pois não tinha conhecimento prévio sobre a comunidade. Ao direcionar-me à escola, me perguntava como seria o lugar: – Será que as casas são de pau a pique ou de palha? Será que encontrarei muitos trechos de estrada de terra? Como serei recebida na escola? Muitas dúvidas me acompanhavam nesse momento, junto com a insegurança ao encarar o novo desafio profissional.

A Comunidade Quilombola Mesquita está situada na zona rural de Cidade Ocidental, localizada a aproximadamente 10 km do centro da cidade. Esse município está localizado no entorno do Distrito Federal, fazendo parte do estado de Goiás, situando-se a cerca de 50 km de Brasília. Saindo do centro de Cidade Ocidental, segui em direção ao Bairro Jardim ABC e Alphaville de Brasília. Após aproximadamente 20 minutos, cheguei ao meu destino: a Escola Municipal Aleixo Pereira Braga (hoje chamada Escola Municipal Alípio Pereira Braga). A comunidade não era nada do que eu imaginava. As casas observadas durante o percurso eram todas de alvenaria, e não peguei nenhum trecho de estrada de terra. Isso me levou a repensar os meus “pré-conceitos” sobre a comunidade, baseados em algo que eu não conhecia, mas na experiência de visitar a minha família materna que vive no interior do Tocantins, onde muitos ainda moram em casas de pau a pique cobertas por palhas.

Essa minha preconceção é comum entre pessoas que não conhecem uma comunidade quilombola ou tradicional. Muitas vezes, conceitos são formados por histórias narradas por terceiros ou conteúdos escolares que não contam a originalidade dessas coletividades. Ao conhecer de perto, percebemos que, embora essas comunidades tenham vivido transformações quanto às estruturas das moradias, mobilidade e em outros aspectos do dia a dia, muitas tradições ainda são utilizadas, como o uso de fogão a lenha, forno de barro, cultivo de alimentos, festejos, folias, danças e festas religiosas.

Ao iniciar meu trabalho na escola, observei que dentre os 32 professores que

trabalhavam na instituição, apenas 07 residiam no lugar. Entre esses professores residentes, havia uma divisão: alguns eram a favor do reconhecimento desse espaço como território quilombola e a outra parte era contra. Essa divisão também se refletia entre famílias dos alunos e gerava tensões nas relações entre escola, professores, gestão, famílias e estudantes.

A divisão entre os docentes dificulta a realização de projetos escolares dedicados à identidade cultural da comunidade e à importância da preservação e reconhecimento do território quilombola. Como Orientadora Educacional, naquele contexto percebi a falta de projetos voltados para a história local, o território, as tradições, os pioneiros, a importância da ancestralidade e das raízes.

Esse conflito está relacionado a uma conjuntura de interesses. Com a expansão da capital federal e a valorização das terras na cidade, a comunidade se tornou alvo do mercado imobiliário. Rumores indicam que a atual gestão municipal tem interesse em desenvolver projetos de construção de condomínios residenciais no território quilombola. O reconhecimento e a regularização desse território impediriam que esses projetos de construção e venda de propriedades se proliferassem na região.

O Quilombo Mesquita foi certificado como território remanescente quilombola em 2006 pela Fundação Palmares, mas suas terras ainda não foram tituladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Isso dificulta a delimitação territorial e facilita ocupações como a construção de condomínios, fazendas e propriedades que não fazem parte da reminiscência quilombola, mas ocupam parte do território.

A comunidade, com suas tradições e festas, tem um espaço para disseminar conhecimentos e saberes tradicionais, permitindo que as novas gerações aprendam com os mais velhos. Muitos vivem do que produzem e dependem da terra como sustento de sua família. Entre as tradições do Mesquita estão a Festa do Marmelo (anualmente realizada na segunda semana de janeiro), a Festa do N'golo, festas religiosas, folias (como as folias de Reis e do Divino Espírito Santo), a Festa de Nossa Senhora da Abadia (padroeira da comunidade) e danças como a “Catira” e a “Raposa”. Esses aspectos serão abordados ao longo deste trabalho com base na pesquisa realizada.

Trabalhando e convivendo com a comunidade, fiquei encantada com o contexto histórico e cultural do Mesquita. No entanto, percebi que alguns moradores ignoram o histórico, o empoderamento que esse território oferece. É triste ouvir os bisnetos dos pioneiros falando sobre a importância de casar-se com pessoas de pele branca ou clara para “clarear” a família, nunca imaginei escutar essa fala dentro de um território quilombola e fiquei muito

triste ao ouvir.

Essas falas e pensamentos reforçam a vontade de uma parte de moradores que o território não seja reconhecido como quilombola e fortalece o interesse de investidores para regularizar vendas de lotes para construtoras que querem construir condomínios residenciais ou transformar as áreas ocupadas por quilombolas em plantações de soja ou pastos para gados.

A partir da minha ação na escola e na comunidade, comecei a participar das festividades e a pesquisar sobre a história do Mesquita e me encantei mais ainda pela luta dos moradores, que buscam a cada dia fortalecer a história e cultura do Mesquita e sua batalha pela titulação como território quilombola.

O Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fez pela primeira vez um levantamento sobre a população quilombola no país, identificando a etnia, a quantidade de pessoas residentes em territórios quilombolas e outros dados demográficos e socioeconômicos. Esse censo provoca reflexões sobre a quantidade de pessoas que se consideram quilombolas na comunidade Mesquita, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 –População residente em territórios quilombolas – Mesquita

Tabela 9723 - População residente em territórios quilombolas, total e quilombola, segundo os Territórios Quilombolas - Primeiros Resultados do Universo		
Ano - 2022		
Território Quilombola por Unidade da Federação - Mesquita (GO)		
Variável		
Pessoas residentes em territórios quilombolas (Pessoas)	Pessoas quilombolas residentes em territórios quilombolas (Pessoas)	Percentual de pessoas quilombolas residentes em territórios quilombolas no total de pessoas residentes em territórios quilombolas (%)
3.257	1.146	35,19

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

Esses dados mostram que, atualmente, apenas uma parte dos residentes deste território afirma sua identidade como quilombola, contexto que gera uma tensão permanente acerca da relação entre diferentes compreensões sobre o território e a identidade de quem vive nesse lugar.

Durante minha atuação na comunidade e na escola, observei que muitas famílias tinham a necessidade de saber se eu era da comunidade ou não. Dependendo da minha resposta, o tratamento era diferenciado. Como uma mulher negra, mas não oriunda da comunidade, notei também que as crianças e jovens me viam na escola como uma figura representativa. Durante meus atendimentos como orientadora educacional, especialmente ao abordar temas como *bullying* e autoestima, percebia que eles se sentiam mais à vontade para se abrir e conversar sobre diversos assuntos. Isso se deve ao fato de que eu não estava ali para julgá-los e abordava questões que também haviam sido parte da minha trajetória escolar, o que ajudou a quebrar essas barreiras com o tempo.

Percebi também que quando mostramos interesse e curiosidade genuínos em conhecer mais sobre a história, tradições e costumes da comunidade, as crianças e jovens sentem prazer em compartilhar o que sabem e vivenciam com suas famílias e amigos. No entanto, quando abordamos questões relacionadas à disputa territorial, surgem divergências entre famílias e interesses particulares. Essa luta, conforme observado no Mapa de Conflitos desenvolvido pela Fiocruz (2010), vem se arrastando desde a década de 1970:

A partir da década de 1970, diversas ações de grilagem e a especulação imobiliária passaram a exercer pressão sobre a posse das terras. No ano de 2006, para garantir a defesa do território, os moradores da comunidade negra rural de Mesquita passaram a buscar a garantia dos seus direitos sobre a posse da terra por via do reconhecimento como território quilombola. Os membros da comunidade formaram a Associação Renovadora dos Moradores e Amigos do Mesquita (AREME) e se auto definiram enquanto comunidade quilombola. No mesmo ano, a Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão vinculado ao Ministério da Cultura (MINC), emitiu a certificação da Comunidade como remanescente de quilombo. Em 09 de abril de 2009, a Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA do Distrito Federal e Entorno publicou no Diário Oficial da União (DOU) e no Diário Oficial de Goiás a tramitação do Processo Administrativo de identificação e delimitação da área. Ainda assim, em agosto de 2009, a Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás (SEMARH/GO) concedeu licença de exploração florestal de 84 hectares da área reivindicada pelos quilombolas de Mesquita à Taquari Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., de Marcos Pereira Lombardi e Fernando Gontijo (O Distrital, 24/05/2010). A SEMARH alegou que desconhecia o processo de regularização do território quilombola e que a licença foi liberada após a apresentação dos “pretensos proprietários” de uma certidão de registro de imóvel, datada de 5 de maio de 2009. O Ministério Público Federal no Distrito Federal (MPF-DF) entrou com ação civil pública, em 04 de maio de 2010, solicitando a suspensão imediata da licença concedida pela SEMARH-GO, tal como a recuperação da área degradada. Ainda assim, o conflito permaneceu, já que

Marcos Pereira Lombardi defendeu a sua propriedade sobre aquelas terras, conforme O Distrital publicou (24/05/2010). No acirramento das tensões, a liderança da AREME, Sandra Braga, denunciou que sofreu ameaças de morte por lutar pelas terras. No dia 31 de julho de 2013, a comunidade quilombola de Mesquita conquistou mais uma vitória. O juiz federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal negou a anulação do processo de regularização da Comunidade Remanescente de Quilombo Mesquita, requerida em Mandado de Segurança. Com isto, o processo de reconhecimento e delimitação do território recebeu amparo legal para seguir em andamento. Enquanto isso, o grupo aguarda desde 2006 a finalização do processo de regularização efetuado pelo INCRA para conquistar a titulação definitiva (Fiocruz, 2010).

Os anos se passaram e a mesma luta continua, em relação à especulação imobiliária, aos fazendeiros e aos problemas socioambientais. Atualmente a comunidade enfrenta vários impactos socioambientais, como desmatamento, queimadas, irregularidades na demarcação territorial e invasões. Um caminho para lidar com essas questões é explorar o universo das práticas de conhecimento tradicional da comunidade, visto sob a ótica da educação ambiental. Essa perspectiva pode viabilizar uma compreensão do território, a valorização da identidade, e promover o pertencimento à comunidade e suas tradições.

Diante desse cenário, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a relação entre identidade e território do Quilombo Mesquita através de processos que podemos reconhecer como uma “educação ambiental”, com foco nas práticas de conhecimentos ecológicos tradicionais comunitários.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa foi desenvolvida por meio de três objetivos específicos. O primeiro objetivo foi realizar um levantamento documental e bibliográfico sobre identidade cultural e territorial da comunidade para fundamentar e estruturar a pesquisa. O segundo objetivo foi entender, através das vivências com a comunidade e da pesquisa participante, como os saberes ecológicos tradicionais se conectam com o fortalecimento identitário, a conservação do meio ambiente e a valorização da cultura tradicional do Quilombo Mesquita. O desenvolvimento das atividades de pesquisa desses dois objetivos levou ao terceiro objetivo específico, que foi abordar a luta pela demarcação e titulação do Quilombo Mesquita como território quilombola e como parte de uma pedagogia da resistência.

Em diálogo com perspectivas contemporâneas provenientes da ecologia política latino-americana (Escobar, 2015), compreendo que os movimentos sociais de base etnoterritorial têm afirmado como a crise ecológica consiste em uma crise de um modelo de vida. Assim, nessa perspectiva, a luta de diversas comunidades tradicionais, negras, quilombolas, indígenas e coletividades do campo e da floresta em defesa e afirmação de suas

identidades e de seus territórios pode ser lida não apenas em sua dimensão funcional ou simbólica em defesa de suas “culturas”, mas em sua dimensão ontológica como defesa de seus modos de vida.

Trata-se de uma luta contra a “ontologia dualista” moderna que separa a natureza da cultura, o humano do não humano e o indivíduo da comunidade. Em contraposição a esse modelo, podemos compreender que essas comunidades expressam ontologias relacionais, baseadas em suas próprias epistemologias ecológicas (Steil; Carvalho, 2014) e seus modos próprios de conhecer e educar. Nesses termos, o território surge como espaço ao mesmo tempo biofísico e epistêmico em que a vida ocorre segundo uma ontologia particular, que fundamenta, por sua vez, uma pedagogia própria. Nesse sentido, a pergunta que norteia esta pesquisa é: Quais práticas de conhecimento local são utilizadas pela comunidade como uma Educação Ambiental própria e quais as dinâmicas ontológicas nesse processo? Para tentar responder essa pergunta, a pesquisa buscou identificar algumas práticas de relação com o ambiente que são coletivamente reconhecidas como marcadoras da identidade e de um modo de vida quilombola. Dentre essas práticas, como se verá mais adiante, estão as relações com a produção do marmelo e o manejo do hibisco.

1.1 Percurso metodológico

Esta pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, combinando levantamento documental e bibliográfico com métodos da pesquisa participante. O estudo de campo examinou práticas de conhecimento local, a relação com o território e o meio ambiente e suas conexões com as tradições da comunidade, seu funcionamento organizacional, movimento social e interação entre familiares que buscam melhoria e reconhecimento local (Strauss; Corbin, 2008, p. 23).

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa exploratória (Andrade, 2010) que incluiu uma busca bibliográfica e documental de literatura sobre tradições culturais, identidade, meio ambiente e território no Mesquita. O objetivo dessa revisão foi localizar documentos e produções acadêmicas existentes sobre o tema, incluindo normativas e dados do último censo demográfico (2022), decretos e documentos relacionados ao processo de regularização, demarcação e reconhecimento territorial, como o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Além da pesquisa documental, também foi realizada uma pesquisa participante, que se

distinguiu pela imersão da pesquisadora no ambiente estudado, atuando diretamente com os participantes. Nesse processo, não me limitei em observar de forma passiva, mas me envolvi de maneira ativa, promovendo uma troca contínua e dialética entre os participantes e o contexto em que estavam inseridos. Isso permitiu que as interações fossem enriquecidas por um diálogo constante, no qual ambos influenciaram mutuamente ao longo da pesquisa (Gil, 2008). A pesquisa participante, de acordo com Borda (1983), é a pesquisa

[...] que responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios - as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas - levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior (Borda, 1983, p. 43).

Essa perspectiva considera o envolvimento da pesquisadora com os sujeitos no processo da pesquisa, em que estes não são tratados e nem vistos como objetos de pesquisa ou observação, mas sim tendo um papel ativo durante esse percurso.

Foram realizados registros de informações atuais e históricas sobre o território e a cultura local, utilizando fotografias e um diário de campo. A imersão na comunidade focou em diálogos e registros de relatos sobre a cultura local, histórias de vida, saberes tradicionais transmitidos por gerações, práticas relacionadas à identidade cultural, ao meio ambiente e aos desafios que a comunidade enfrenta atualmente.

Para a imersão, foram escolhidos eventos tradicionais realizados de janeiro a agosto de 2023 e 2024, como a Festa do Marmelo, a Festa N’Golo, a Festa de Nossa Senhora da Abadia, padroeira da comunidade. A participação nesses eventos visou vivenciar a relação da comunidade com suas tradições locais, observando a preparação dos alimentos, doces, organização dos eventos e a expressão cultural por meio de danças, cantos e rezas.

Para entender melhor os posicionamentos da comunidade, participei como ouvinte e observadora de ações em que os moradores tinham seu espaço de fala, escuta e protagonismo, baseados nas experiências narradas e nas ações coletivas como, por exemplo: 22ª Festa do Marmelo (13 e 14/018/2024), Desalvorada da Festa de Nossa Senhora D’Abadia (15/08/2024), reunião coletiva de criação da nova associação dos moradores do quilombo Mesquita (17/08/2024), 3ª Festa do Quiabo de Angola – N’Golo, Hibisco e Vinagreira (18/05/2024), Aniversário de 278 anos da Comunidade Quilombola Mesquita (18/05/2024), Escuta Quilombo realizada pela DPE-GO, Roda de conversa I Sabedoria Ancestral e o Papel das Mulheres Quilombolas na Preservação Cultural: Existências, Roda de conversa II –

Caminhos para superação dos conflitos em territórios quilombolas (30 e 31/08/2024), Curso de aperfeiçoamento em Políticas Públicas relativas aos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais e suas infâncias – Vivências interculturais (14 e 15/09/2024) e Primeira oficina de gestão territorial e ambiental GTAQ/CONAQ – Quilombo Mesquita-GO (21/09/2024).

As narrativas foram registradas com base em conversas informais com moradores. Durante os eventos que participei, selecionei três pessoas para realizar entrevistas semiestruturadas, permitindo um aprofundamento nas experiências individuais e coletivas. Durante essa escrita organizo os entrevistados por números (Entrevistado Nº1, Entrevistada Nº2, Entrevistada Nº3) para preservar a identidade dos participantes. Além das entrevistas busquei como fonte secundária o vídeo *Quilombolas de Mesquita: Os brasileiros que iniciaram a construção da capital do Brasil*, série documental feita pela ONG Transforme – Ações Sociais e Humanitárias, em parceria com o Ministério do Turismo no ano de 2021, em que conseguimos alguns depoimentos em relação ao tema trabalhado nesta dissertação.

A pesquisa também buscou compreender o contexto ecológico e político da região, com foco no cuidado dedicado ao território, na relação da comunidade com o meio ambiente e conflitos que surgem desse convívio e da luta pela conservação territorial.

Além de participar das atividades realizadas pelas famílias e pela comunidade, foram promovidas novas vivências com a comunidade para expandir o meu conhecimento sobre a história e suas tradições. Essas experiências incluíram o cultivo do marmelo, do hibisco, a manutenção das roças e hortas, o aprendizado dos saberes tradicionais das famílias, além das comidas e festividades da comunidade. O objetivo destas atividades foi compreender as concepções da comunidade sobre o território em que estão inseridos e sua relação com o meio ambiente.

Essas falas, vivências, experiências e registros podem ser compreendidos na pesquisa pelo termo cunhado por Conceição Evaristo (2009, como " *escre(vivência)*"), derivado de uma junção das palavras "escrever e vivência", dando importância das experiências de vida e do coletivo

Do tempo/espço aprendi desde criança a colher palavras. A nossa casa vazia de móveis, de coisas e de muitas vezes de alimento e de agasalhos, era habitada por palavras. Mamãe contava, minha tia contava, meu tio velhinho contava, os vizinhos amigos contavam. Eu, menina, repetia, intentava. Cresci possuída pela oralidade, pela palavra. As bonecas de pano e de capim que minha mãe criava para as filhas que nasciam com nome e história. Tudo era narrado, tudo era motivo de prosa-poesia (Evaristo, 2009).

Esse termo utilizado por Conceição Evaristo busca mostrar uma visão da vida e vivência das pessoas negras por meio da escrita, dando voz para as experiências do povo negro e periférico. Essa forma de escrita leva a população histórias que foram silenciadas pela sociedade.

Eu, como mulher negra e periférica, tendo vivido sempre em contextos marcados pela resistência, encontro na comunidade de Mesquita um espelho de minha própria história. O modo como cultivam a terra, convivem em família, partilham suas produções e acolhem as pessoas resgata memórias que me conectam com minhas raízes e ancestralidade. Mesmo não sendo parte integral dessa comunidade, sinto-me pertencente à sua luta e história, que ecoam as batalhas de todos nós, negros, frequentemente colocados às margens da sociedade. Somos aqueles que, dia após dia, lutam por espaço e reconhecimento, reconstruindo nossa trajetória a partir dos saberes que herdamos de nossos ancestrais.

Minha origem no interior do Tocantins, em uma família que tem na pesca e na roça sua principal fonte de sustento, moldou meu olhar sobre a vida. Lá, o que se planta e cultiva é o que se come, o transporte é feito em canoas e barcas, e a diversão está na simplicidade de subir em árvores e banhar-se nos rios. Aprendi a valorizar o trabalho árduo de minhas tias, que quebram coco babaçu para extrair o azeite, colhem buriti para retirar sua polpa e óleo, e transformam o cacau em chocolate natural. Esses saberes, transmitidos de geração em geração, me ensinaram a reconhecer a riqueza que há no trabalho manual e nas práticas tradicionais, que não apenas sustentam a vida, mas preservam a cultura e a identidade de um povo.

As casas simples, os alimentos, as frutas, as rezas, os quintais e os córregos que compõem o Quilombo Mesquita me transportam à minha infância em Babaçulândia, uma cidadezinha no Tocantins. Essa vivência permanece viva em minha memória; quando conheci o Quilombo Mesquita, ela foi reavivada de forma intensa.

A comunidade de Mesquita me ensinou a valorizar ainda mais minha ancestralidade e a importância da coletividade, tanto no seio familiar quanto na relação com o território. A pesquisa que realizei ali não só me aproximou da história do Mesquita, mas também me reconectou com minha própria identidade e raízes. Esse processo se alinha à escrevivência de Conceição Evaristo, pois, assim como ela transforma suas vivências em narrativa, também pude transformar minha experiência em um reencontro com o que sou e de onde venho, mesmo tendo nascido em Brasília.

A dissertação está organizada em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A segunda seção trata de um breve contexto histórico sobre a comunidade, abordando informações disponíveis sobre como tudo começou, tradições, o território e os lugares que fazem parte da memória do Mesquita. A terceira seção explora os aspectos culturais e tradicionais da comunidade Mesquita, festejos, o cultivo do marmelo, que é o símbolo da comunidade, o hibisco, a festa N’Golo, encerrando com os principais problemas socioambientais que enfrentam diariamente. A quarta seção aborda a luta e a resistência da comunidade em relação à demarcação do território, problemas socioambientais e as iniciativas atualmente que ajudam a superar essas barreiras, configurando uma pedagogia da resistência (Layrargues; Puggian, 2018), uma forma própria de educação baseada na luta por justiça ambiental e na defesa de um modo de vida. O trabalho se encerra com as considerações finais, nas quais eu sistematizo uma reflexão própria sobre alguns resultados que esse percurso de pesquisa permitiu alcançar.

2 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 O tempo de Aleixo Pereira Braga

A história do Quilombo Mesquita tem início com a ocupação do território, que era conhecido como Vila Santa Luzia, fundada pelo bandeirante Antônio Bueno de Azevedo. Foi ele quem forneceu os meios necessários para sustentar os trabalhos ligados à mineração na região. A área de Santa Luzia, situada em Goiás, destacou-se pela produção de ouro, sendo considerada, entre 1747 e 1775, a mais rica em termos de produção aurífera no estado (Pimentel, 1994). As fontes disponíveis indicam que esse período marcou o auge da mineração na região, consolidando a importância de Santa Luzia no cenário econômico de Goiás.

A descoberta do ouro na localidade, durante o período de exploração mineral, atraiu uma grande migração para a região, chegando a cerca de 10.000 pessoas na metade do século XVII. No entanto, quando a exploração do minério diminuiu por volta de 1800, muitas famílias migraram para a zona rural, sendo compostas por senhores e escravos. Estes últimos sofreram inúmeras formas de violência, não apenas física, mas também moral e psicológica, como uma maneira de controle para evitar rebeliões (Samir, 2019).

Após o declínio da mineração, a Fazenda Mesquita foi abandonada e seu proprietário fez a doação das terras a três senhoras, os nomes das escravas seriam: Teresina, Freguesina e Franquina, porém, nenhum documento escrito ou em outro formato, que comprove a veracidade sobre os nomes, foi encontrado (Neres, 2015). Essa ação resultou no surgimento de uma comunidade rural de origem negra, que adotou o nome da fazenda como identidade. A doação das terras estabeleceu um vínculo profundo com o território, dando início ao processo de enraizamento cultural e social dessa comunidade. Com o tempo, ela desenvolveu uma memória coletiva, que foi sendo transmitida de geração em geração, formando uma tradição própria.

Esse processo de construção de identidade e história local foi crucial para a formação do Quilombo Mesquita, que constitui o centro de interesse desta pesquisa. Nesta seção, através dessa análise histórica que não pretende ser exaustiva, mas apresentar uma síntese desses processos sociopolíticos e culturais, busca-se compreender como as práticas e narrativas preservadas ao longo do tempo contribuíram para a constituição de uma comunidade que mantém suas origens e fortalece suas raízes.

A trajetória do Povoado Mesquita está intimamente conectada à história de Luziânia, município fundado por Antônio Bueno de Azevedo e sua comitiva, que desbravaram a região de Goiás em busca de ouro. Muitas famílias que originalmente habitavam o Mesquita migraram para Luziânia em busca de melhores oportunidades de vida, dedicando-se ao estudo ou trabalhando nas “casas de família” na cidade. A migração para atividades econômicas urbanas foi ainda mais intensificada após a fundação de Brasília em 1960, que trouxe novas oportunidades de trabalho. Como consequência, as atividades agrícolas na comunidade diminuíram, resultando no desaparecimento de algumas práticas tradicionais, como a fabricação de açúcar.

O nome do Quilombo Mesquita é uma homenagem a José Jerônimo de Mesquita, um português que foi o primeiro a explorar a região. A origem da comunidade remonta à doação de terras para quatro famílias, que compartilham uma forte identidade ligada à ancestralidade africana até os dias atuais: as famílias Teixeira Magalhães, Pereira Dutra, Lisboa da Costa e Pereira Braga (Lisboa, 2020).

Neres (2014) nos traz algumas informações que complementam a origem do nome do Quilombo Mesquita:

[...] o nome Mesquita perpassou as diversas fases da história do Quilombo. Em documento do Fórum de Luziânia (1943) constam algumas variáveis do nome Mesquita: Fazenda Mesquita, Sítio do Mesquita, Tapera do Mesquita, Fazenda Mesquita dos Crioulos, Fazenda Mesquita dos Pretos. Há também o título de Arraial dos Pretos, uma referência direta aos escravos ou descendentes. Este último título é registrado em obra de Carvalho (1975).

Outra fonte de informação é o relatório da Missão Cruls (1894), feito seis anos após o encerramento oficial da escravidão no Brasil. A primeira informação a destacar é o fato de o relatório usar abundantemente o nome Rio Mesquita em relação ao principal corredor aquífero da localidade. Assim, o Rio Mesquita é mencionado com naturalidade, deixando a entender que era algo do domínio popular da época. E junto a esse nome, menciona-se também outros de notável importância para os quilombolas do lugar: os rios Saia Velha e Santa Maria (Neres, 2014, p. 4-5).

Em meados do século XVIII, após a aquisição das terras da fazenda Mesquita, a comunidade formou-se com base nas relações de parentesco, trabalho familiar colaborativo e uso coletivo das terras. Desde então, algumas famílias tornam-se produtoras de marmelo, dando prosseguimento ao cultivo dos marmelais e marmeladas (Santos, 2010), que até hoje são cultivados por algumas famílias e são símbolo da comunidade, dando origem também a uma das maiores festividades da região, a “Festa do Marmelo”, realizada tradicionalmente na segunda quinzena de janeiro.

Até o ano de 1850 a Vila Santa Luzia (Luziânia) pertencia à comarca de Vila Boa

(Cidade de Goiás). Em 5 de outubro de 1867, a vila foi denominada de cidade pela Lei Estadual nº 8.305, de 31 de dezembro de 1943, passando a se denominar Luziânia (RTID, 2011). Hoje o Quilombo Mesquita é vinculado administrativamente ao município de Cidade Ocidental-GO, que antes pertencia a Luziânia.

Desde o seu início a comunidade utiliza de seus recursos naturais para fazer alimentos e gerar renda para as famílias, aproveitam a época de cada fruta, verdura e legumes para fazer doces e comercializar os produtos. Quando é a época da colheita, o doce e licor são produzidos de formas artesanais e vendidos. Além da produção da renomada marmelada Santa Luzia, feita com marmelo e cana de açúcar cultivados localmente, os mesquitenses também se dedicam à criação de gado, suínos e aves.

O período mais abundante dessa produção foi no início do século XX, possibilitando a geração de renda e autonomia da comunidade. Até mesmo por que os moradores têm a liberdade para plantarem roças e seus pés de marmelo e tirarem o seu sustento a partir da produção familiar (Santos, 2009).

O reconhecimento enquanto Comunidade Remanescente dos Quilombos foi outorgado por meio da certidão de autorreconhecimento lavrada pela Fundação Cultural Palmares – FCP, em 19 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União – DOU, em 07 de junho de 2006 (Abreu, 2009) (Anexo I).

Na memória coletiva da comunidade, o “Tempo de Aleixo” é lembrado como a época em que as pessoas sobreviviam da terra, onde as famílias tiravam a maior parte de seus alimentos através do cultivo da terra e vendas das marmeladas. Cultivos dos roçados, milho, mandioca, farinha de mandioca, arroz, feijão, banana e outros alimentos que garantiam o sustento das famílias.

Aleixo é filho de José Pereira Braga e de Maria do Nascimento; esta, por sua vez, é a descendente direta de uma das ex-escravizadas que ganharam as terras, sendo neto de uma das fundadoras do Quilombo Mesquita.

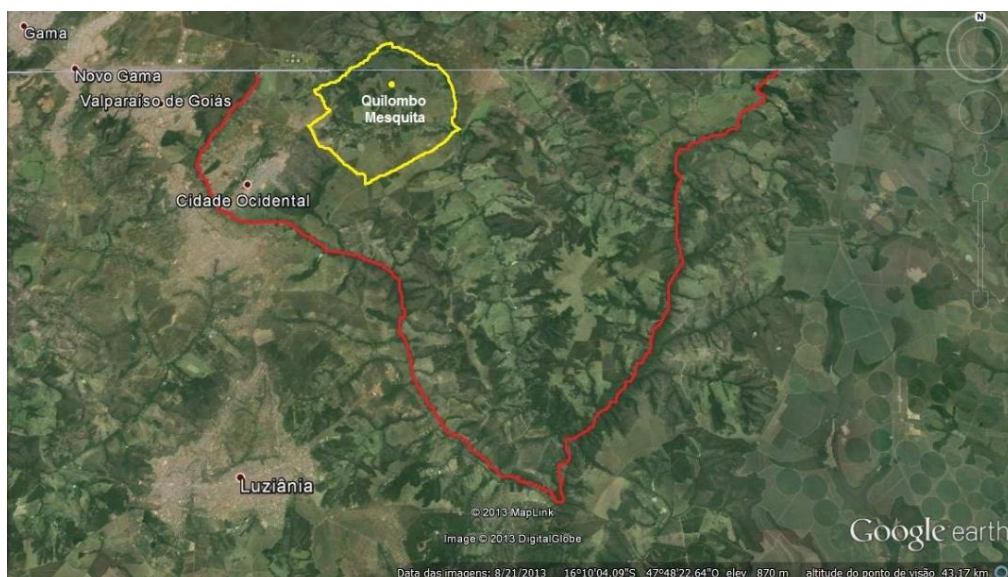
Aleixo nasceu em 1881, na própria Fazenda Mesquita. Deu início à maior plantação de marmelo que houve naquelas terras, pois possuía um sítio com mais de 86 alqueires. Por conta disso, empregava em seus marmelais outros mesquitenses, todos parentes, pois, segundo afirmam até os dias atuais, o trabalho com parente é melhor porque não correm o risco de colocarem pessoas estranhas dentro de casa. Aleixo, no entanto, não pagava seus empregados com dinheiro; muitas vezes, dava um capado (porco) como forma de pagamento ao serviço prestado. Desta forma, este tipo de relação não constituía um mutirão, pois era um trabalho permanente, ainda que realizado por familiares, e também não tinham um caráter essencialmente capitalista, já que não visava a subordinação pelo trabalho (Santos, 2009, p. 26).

A participação nesses mutirões era movida voluntariamente por um interesse coletivo, geralmente em prol de algo que beneficia algum morador ou a comunidade, como: construção de algo que seja coletivo para todos, construção de casas, plantio, colheitas e sempre ao final do trabalho são recompensados com muita fartura e festividade.

Atualmente a comunidade quilombola ocupa uma área de 4.200 ha, de acordo como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Segundo o Processo Administrativo nº 54700.001261/2006-82, que trata da regularização fundiária das terras da Comunidade Remanescente de Quilombos Mesquita, foi publicado no Diário Oficial da União – DOU, em 29 de agosto de 2011, página 106, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, a área delimitada corresponde a 4.292,8259ha (quatro mil duzentos e noventa e dois hectares, oitenta e dois ares e cinquenta e nove centiares).

Ao observarmos a Figura 1, observamos que no mapa encontram-se duas demarcações; a amarela equivale à área atual do quilombo Mesquita e a vermelha era a área inicialmente destinada à comunidade e que com o passar dos anos foi diminuindo por conta de vendas das terras e ocupações irregulares.

Figura 1 – Mapa do Território Delimitado pelo INCRA corresponde aproximadamente a 4.200 ha



Fonte: <https://quilombomesquitadotcom2.wordpress.com/localizacao-e-territorialidade/>. Acesso em: nov. 2023.

Atualmente um dos empecilhos que a comunidade enfrenta é o não reconhecimento de

alguns moradores como quilombolas, o que acarreta a venda de suas terras para pessoas de fora da comunidade, as demarcações irregulares, os desmatamentos e o enfraquecimento de sua identidade territorial.

No próximo tópico será abordada a temática do território como um todo. Procuramos trazer conceitos e pesquisadores que discutam o assunto correlacionando com a comunidade.

2.2 O território

Historicamente, o Quilombo Mesquita é um símbolo de resistência da população quilombola e possui forte conexão com a história da escravidão no Brasil. Sua origem remonta à chegada dos bandeirantes à região, especificamente a um grupo que se instalou em Paracatu – MG. Um dos oficiais, filho de um pioneiro de Paracatu, decidiu explorar novas áreas e se deslocou com seu próprio grupo para essa localidade. Entre os soldados liderados por Antônio Bueno de Azevedo, havia um homem chamado José Mesquita. Com o estabelecimento da mina de Santa Luzia, José Mesquita adquiriu terras na região. No entanto, com o declínio da mineração, o interesse dos bandeirantes foi diminuindo, levando ao abandono das fazendas e à doação de terras.

Para entender o conceito de território, é fundamental estabelecer uma definição clara desse termo. Esse conceito pode ser abordado sob uma perspectiva geográfica, conforme proposto por autores como Haesbaert e Milton Santos, e também pelo viés antropológico, conforme os pensamentos de Escobar e Stuart Hall, permitindo uma análise dialética entre território e identidade.

Haesbaert (2014) ressalta que o território está intrinsecamente vinculado ao poder, não apenas no sentido tradicional e político, mas também ao poder simbólico, expresso pela apropriação e controle dos espaços. Para ele, o território não deve ser interpretado como uma entidade estática, mas sim como um fenômeno dinâmico, moldado pelas relações sociais, interações e conflitos que nele se desenrolam.

O autor também explora os processos de territorialização, os quais se manifestam de maneiras diversas, conforme os múltiplos agentes envolvidos e as forças que eles representam. A territorialidade envolve tanto o uso da terra quanto a organização espacial dos indivíduos e os significados culturais, históricos e simbólicos atribuídos ao lugar (Haesbaert, 2014).

Essa abordagem multidimensional de território permite uma análise das dinâmicas sociais e espaciais, destacando a intersecção entre poder, identidade e espaço. Para compreender o conceito de território, é essencial se aprofundar em sua etimologia, podendo ser abordado tanto pela geografia quanto pela antropologia, com contribuições de autores como Milton Santos, Escobar e Stuart Hall. Essas perspectivas estabelecem uma relação dialética entre território e identidade, enfatizando o papel do espaço nas relações humanas, nas interações sociais e na construção identitária.

Segundo Milton Santos (2007), o território é concebido como um espaço onde se desenvolvem relações humanas, havendo interação entre a materialidade do solo e a identidade dos habitantes. Para Santos (2007), a identidade se expressa pelo sentimento de pertencimento

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2007, p. 14).

Essa abordagem amplia o entendimento do território para além de sua dimensão física, integrando-o às esferas social, cultural e econômica. Santos argumenta que o território envolve valores materiais e imateriais, que se entrelaçam nas relações de poder, políticas e culturais, de acordo com a história e identidade de cada território. Dessa forma, ele enfatiza a relação entre território e práticas sociais, o que torna o território um elemento dinâmico, em constante transformação.

Na perspectiva antropológica, o território também deve ser compreendido em suas dimensões sociais, políticas e cosmológicas. Autores latino-americanos, como Arturo Escobar (2015), argumentam que o território é uma condição essencial para a existência de lógicas comunitárias, baseadas em uma ontologia política. Nesse sentido, o território se articula com as práticas cotidianas das comunidades, e sua compreensão envolve uma análise das relações simbólicas e dos modos de organização social no fluxo da própria tecitura da vida.

Adotando uma visão crítica sobre o conceito de “lugar” na antropologia, Blaser o define como um processo relacionado ao senso de “comunidade” e “identidade”. Ele descreve o “lugar” como um nó complexo com linhas horizontais e verticais. A linha horizontal refere-se ao espaço físico, que transcende o local específico, enquanto a linha vertical está ligada às histórias, ambientes e paisagens associados. Essas ideias estão em sintonia com as de Arthur

Escobar, que entende o “lugar” como a experiência derivada de uma localização particular, com um senso de fronteira e conectada às práticas cotidianas (Oliveira, 2023).

A presente pesquisa propõe, então, explorar a conexão entre o território e a identidade da comunidade Quilombola Mesquita, com base nas contribuições desses autores, que defendem que o território transcende a mera localização física, estando intimamente relacionado às relações socioculturais e ontológicas.

Stuart Hall, ao tratar das questões de identidade, sugere que o sentimento de pertencimento a um grupo específico está ligado ao contexto espaço-temporal, às tradições e à construção simbólica do lugar. Segundo ele, as identidades estão situadas em “geografias imaginárias”, com paisagens e sentidos de lugar, lar e pertencimento que se transformam no tempo:

Todas as identidades estão localizadas no tempo e no espaço simbólico. Elas têm aquilo que Edward chama de suas “geografias imaginárias”; suas “paisagens” características, seu senso de “lugar”, de casa/lar, de heimat, bem como suas localizações no tempo – nas tradições inventadas (Hall, 1997, p. 76).

Essa relação dialética entre território e identidade está em constante processo de transformação, sendo influenciada pela interação dos indivíduos com o espaço. No contexto das comunidades quilombolas, essa interação pode ser analisada por meio das esferas da psicoesfera e tecnoesfera, abordadas por Milton Santos (1997).

A tecnoesfera refere-se ao domínio da tecnologia e da ciência, enquanto a psicoesfera está relacionada ao campo das ideias, valores, paixões e à noção de lugar. Ambas as esferas são fundamentais para compreender os processos de desterritorialização e reterritorialização que afetam os territórios quilombolas.

A desterritorialização envolve o processo pelo qual pessoas, culturas, economias ou tecnologias se dissociam de um território específico. Milton Santos associa este conceito à globalização, que é impulsionada pelo avanço técnico-científico e pela informação, transformando as relações espaciais e os vínculos territoriais tradicionais ao longo do tempo. Pode ser observada em situações de deslocamento da população, como no caso de refugiados ou migrantes que deixam seus países em busca de melhores condições de vida. Nesse contexto, o conceito de espaço torna-se mais fluido e dinâmico, permitindo a formação de novos arranjos territoriais e novas relações espaciais.

Por outro lado, a reterritorialização refere-se à reorganização ou reinterpretação de um território ou espaço a partir de novos elementos que foram desterritorializados. Após o

movimento de desterritorialização, ocorre uma realocação dos elementos em um novo espaço ou mesmo no espaço original, mas com novas configurações e significados.

A reterritorialização pode ser observada em práticas de resistência e na afirmação de identidades locais, que tentam se reorganizar diante das pressões de homogeneização causadas pela globalização. Para Milton Santos, esses movimentos de reterritorialização são essenciais para entender as formas de resistência cultural e econômica ao redor do mundo, onde comunidades buscam manter ou reconstruir um senso de pertencimento e identidade.

Além das relações humanas e de poder que constituem o território, Milton Santos sugere que é importante considerar o conceito de “comunidade de lugares” (Santos; Souza; Silveira, 1996). Esse conceito refere-se ao conjunto de materializações da identidade em um determinado espaço, onde os grupos afirmam, reafirmam e reivindicam sua identidade cultural e histórica.

Com base nessas discussões, busco uma leitura do contexto específico da comunidade quilombola do Mesquita. De acordo com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), o perímetro total desse território é de 29.516,67 m², mas apenas 761,257 ha estão sob posse dos quilombolas. Os limites e confrontações do Território Quilombola Mesquita são os seguintes: Norte: Ribeirão Água Quente e Córrego Mesquitão; Sul: Rodovia GO 521; Leste: Jardim ABC; Oeste: Residencial Dom Bosco.

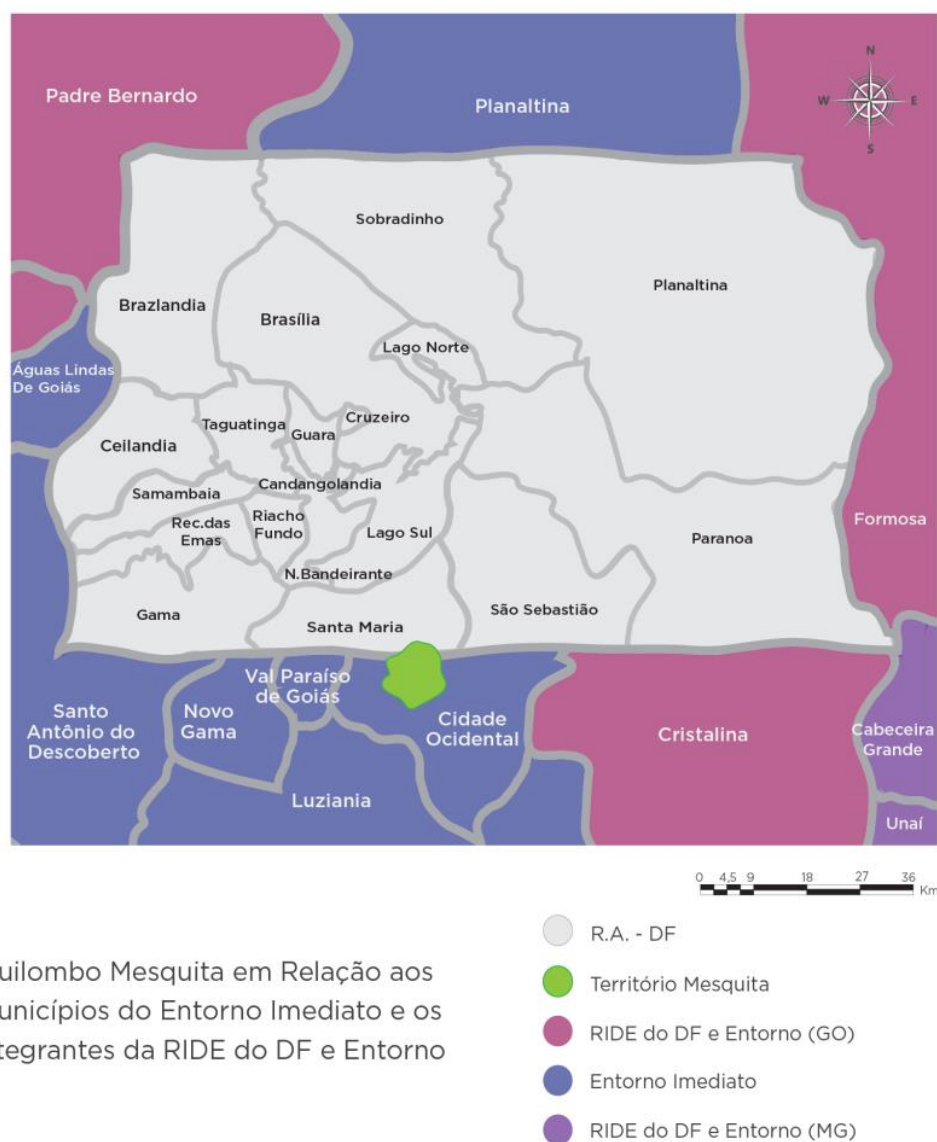
A área ocupada pelo Quilombo Mesquita possui 14 ruas e uma avenida de acesso que liga o Mesquita à Cidade Ocidental. Há asfalto apenas na avenida principal e na rua que dá acesso à Escola Municipal Alípio Pereira Braga. Nem todas as ruas contam com saneamento básico (apenas duas caixas d'água). A maior parte da água provém de poços artesianos e dos regos que percorrem a comunidade. Distante 12 km da sede do município de Cidade Ocidental – GO e 50 km de Brasília, o Mesquita tem a vantagem de ter acesso à capital do país por duas vias: a BR 040 e a DF 140.

Quanto às construções públicas e privadas de uso público, a comunidade conta com um posto de saúde, uma escola, uma igreja católica, um templo universalista, algumas igrejas evangélicas, vários cemitérios, duas caixas de abastecimento de água, serviços da SANEAGO, distribuição de energia elétrica (EQUATORIAL), serviço de telefonia, internet, transporte coletivo nos itinerários Brasília – Cidade Ocidental, circulares, além de pequenas mercearias e bares.

O Mesquita está localizado em uma região de múltiplas fronteiras, situando-se entre o Distrito Federal e o estado de Goiás, integrando a Região Integrada de Desenvolvimento do

Distrito Federal e Entorno (RIDE), que reúne municípios Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal. A RIDE foi criada com o intuito de promover a integração e o desenvolvimento econômico e social por meio de políticas públicas, facilitando a cooperação entre o DF e os municípios para aprimorar infraestrutura, serviços e qualidade de vida em toda a região.

Figura 2 – Mapa da Localização do Território



Fonte: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/conteudo/parte3/04.html>
Acesso em: nov. 2023.

Ao discutir o conceito de território e suas tipologias, conforme os pensamentos de geógrafos e antropólogos, compreendemos que o território não se restringe a um simples lugar ou localização geográfica. Ele transcende essas noções, sendo entendido como um espaço

vital e simbólico no qual se desenvolvem relações humanas e onde a identidade local se concretiza. O território é, portanto, um espaço de construção, afirmação e reafirmação de identidades culturais e políticas.

No caso específico do Quilombo Mesquita, abordamos nesta pesquisa os lugares que são centrais para a história e a memória da comunidade, como o “Casarão de Aleixo Pereira Braga”, a “Escola Municipal Alípio Pereira Braga” a “Igreja de Nossa Senhora D’Abadia” e a nova “Associação do Quilombo Mesquita”. Esses espaços, que serão analisados em detalhes no próximo tópico, desempenham um papel crucial na construção da identidade local, refletindo a rica história e as tradições da comunidade. Além de ser marcos físicos, esses locais materializam a vida, simbolizam a resistência, a cultura e a perpetuação da memória coletiva do Quilombo Mesquita.

2.3 Lugares que trazem memória

A comunidade Mesquita possui lugares de memória que são materiais, mas refletem nas memórias imateriais e ancestrais, fortalecendo a importância da identidade territorial e promovendo sua conservação. Esses lugares de memória são espaços que conservam a cultura, os costumes, a identidade e a história da comunidade.

No Mesquita, diversos locais carregam significados profundos, histórias e vestígios do tempo, como o Casarão de Aleixo Pereira Braga, que é considerado um marco histórico e símbolo de resistência. O casarão é uma construção centenária, térrea, feita em adobe, com estrutura de madeira, assoalhos de tábuas corridas e telhado colonial também em madeira. As esquadrias, janelas e portas simples de uma folha, são feitas de madeira aroeira extraída da região

O casarão pertence a família Pereira Braga. Sr. Aleixo e D. Paulina eram os primeiros proprietários e após falecerem, a herança ficou para seus filhos, atualmente o proprietário é Sr. José Pereira Braga, que mora no local com sua esposa D. Santa e seus filhos Antônio e Marcio.

Sr. Aleixo foi considerado como um pai para o Quilombo Mesquita, segundo os relatos dos moradores do Quilombo, ele tinha todo cuidado e preocupação com a educação da comunidade, justamente para que todos pudessem ter acesso ao ensino escolar. Trazia de Luziânia professores que se hospedavam no próprio casarão onde também eram ministradas as aulas. Sr. Aleixo contava com ajuda de sua esposa que preparava as merendas. Assim foi até a construção da escola.

O casarão, quando este ainda se encontrava em uso, era um dos principais pontos de encontro comunitário, as portas se encontravam sempre abertas para os demais moradores do Quilombo e para todos aqueles envolvidos no desenvolvimento do local.

D. Elpídia Braga, filha de Sr. Aleixo, conta também que além das aulas que aconteciam no casarão, o local também era ponto de pouso dos padres e missionários que ficavam hospedados por meses para organização e preparação dos casamentos comunitários e batizados, aconteciam também os mutirões de fiadeira pelo menos uma vez por mês, mutirões para o feitel de farinha, rapadura e a famosa marmelada, eventos que ocorriam no quintal do casarão. No local ainda existe o antigo forno de barro que é utilizado para assar biscoitos, bolos, entre outros. Havia também engenhos de cana de açúcar e monjolos. O casarão era referência para todos da comunidade era um lugar que estava sempre recebendo visitas. No quintal do casarão, encontram-se frutos típicos do cerrado, elementos naturais, como a mangueira, jabuticabeira, limoeiro, marmeleiro e um riacho que passa nos fundos do quintal (Silva, 2018, p. 68).

Figura 3 – Casarão de Aleixo Pereira Braga



Antigamente, o casarão recebia visitas de pesquisadores, professores, estudantes, historiadores e pessoas interessadas em conhecer o local e aprender mais sobre a história do Quilombo Mesquita. Silva (2018) desenvolveu um material patrimonial arquitetônico a partir do levantamento do casarão e afirma que

[...] uma das propostas é trazer o museu do “Espaço Memória” que, atualmente, encontra-se na capela para o casarão, tornando o local em um museu comunitário com espaços adequados para atender as futuras necessidades, com espaços para exposições do acervo, curadoria, espaços que contem a história de figuras marcantes para a comunidade e uma casa de chá que possa vender produtos produzidos pelos moradores do território, tornando o local em um espaço agradável, versátil e de acesso para todos (Silva, 2018, p.78).

Foi desenvolvida uma aplicação das metodologias criadas durante o processo de assistência técnica realizado no Quilombo Mesquita, visando à valorização patrimonial dos “Lugares de Memórias” no território. Esse trabalho considerou a importância territorial e buscou fortalecer a identidade cultural quilombola (Silva, 2018).

Foi realizado um inventário participativo com os moradores com o objetivo de fortalecer os laços comunitários e criar ambientes de pertencimento e empoderamento para a

comunidade quilombola, além de assegurar a integridade física e histórica dos bens culturais. O inventário contou com a participação de cinco moradores, selecionados por sua proximidade com o local.

Atualmente, o casarão encontra-se fechado por estar em uma propriedade particular, inviabilizando visitas. O local necessita de intervenção e revitalização para que a comunidade e os visitantes possam usufruir do espaço e compreender o significado dos bens culturais e históricos, valorizando a importância dos lugares de memória do Mesquita, mas isso só será possível quando o casarão estiver sob posse e cuidados dos quilombolas ou por um governo que viabilize essas reformas e manutenções.

2.4 Associação do território Quilombola Mesquita – ATQM

Através da criação da associação de moradores, essa iniciativa ganha um caráter de união comunitária, um espaço de articulação para a melhoria coletiva, promovendo a defesa dos direitos e mantendo viva a memória das lutas enfrentadas pela comunidade.

A antiga Associação do Quilombo Mesquita (Associação Renovadora do Quilombo Mesquita – ARENQUIM) foi fundada em 2003, mas estava inativa desde 2018. No dia 17 de agosto de 2024, participei da reunião coletiva para a criação da nova associação de moradores, denominada *Associação do Território Quilombola Mesquita – ATQM*. A reunião foi aberta à comunidade e a nova associação foi estabelecida por meio de votação popular dos quilombolas presentes naquele momento.

Figura 4 – Criação da Associação do Território Quilombola Mesquita – ATQM



Fonte: A autora (2024).

Figura 5 – Criação da Associação do Território Quilombola Mesquita – ATQM



Fonte: A autora (2024).

O encontro contou com a presença do Procurador da República em Goiás, José Ricardo Teixeira Alves, que destacou a importância de uma associação ativa para a defesa dos direitos da comunidade quilombola. Durante a reunião, discutiram-se a denominação, a missão e os objetivos da nova associação, cuja finalidade principal é promover a defesa e o fortalecimento do Quilombo Mesquita. O objetivo é garantir que a população quilombola viva com dignidade, respeitando seus modos próprios de organização, cultura e ancestralidade, em um ambiente saudável e equilibrado.

Para alcançar esses objetivos, foram definidas diversas metas, entre elas:

- Defesa do direito territorial;
- Direito à segurança e soberania alimentar;
- Direito à identidade e autonomia;
- Direito ao meio ambiente;
- Direitos culturais;
- Direitos das mulheres, infância, juventude e idosos;
- Direito à educação e comunicação.

Cerca de sessenta quilombolas participaram da votação, e também tiveram a oportunidade de sugerir pontos a serem incluídos no regimento da nova associação. O regimento será responsável por detalhar as ações que a associação deverá empreender em prol da comunidade.

No entanto, durante a reunião, a moradora Sandra Braga relatou que alguns

chacareiros presentes tentaram tumultuar o encontro com o intuito de impedir a votação e a criação da nova associação. Sandra informou aos presentes, incluindo o Procurador José Ricardo e os policiais que acompanhavam a reunião, que vinha recebendo ameaças de morte caso não desistisse de sua iniciativa de fundar a nova associação. Ela relatou ainda que as ameaças haviam se intensificado nas últimas semanas, criando um clima de intimidação, o que, segundo ela, poderia comprometer a segurança dos moradores e a liberdade de ação no processo de organização da comunidade.

Apesar das dificuldades, a reunião prosseguiu e a votação para os cargos da nova associação foi concluída com sucesso. O evento terminou com um almoço para todos os participantes, reforçando o espírito de união da comunidade.

2.5 A escola

Figura 6 – Escola Municipal Alípio Pereira Braga



Fonte: A autora (2024).

A escola também é outro lugar importante dentro do território Mesquita. Segundo relatos dos moradores, as primeiras salas de aula eram situadas em residências da comunidade. A primeira escola funcionou na casa do senhor Sebastião e dona Marcolina Pereira. A segunda escola foi fundada na metade do século XX pelo senhor Aleixo Pereira Braga, que, segundo os moradores, era semianalfabeto, mas tinha como principal preocupação garantir o acesso de sua comunidade à educação. O nome “Escola Municipal Aleixo Pereira

Braga” foi escolhido em homenagem ao doador do terreno onde estava localizado o primeiro grupo escolar, que atualmente abriga a Capela de Nossa Senhora D’Abadia. Em 1974, o senhor Alípio Pereira Braga, primo de Aleixo, doou parte de seu terreno para a construção de um novo prédio para a escola.

Em 1984, foi construída uma nova escola em outro terreno doado por Alípio, composta por duas salas de aula, um banheiro e uma cantina. O prédio escolar foi concluído em 2003. Naquela época, havia outras escolas chamadas de grupos escolares, como as de Georgina e Maurícia (Água Quente). Em meados de 1998/1999, essas escolas foram desativadas e o corpo discente foi transferido para a Escola Braga I (PPP, 2021).

Até 2021, a instituição era conhecida como “Escola Municipal Aleixo Pereira Braga”. No entanto, em 2021, com a Lei Municipal n.º 1.289, de 04 de novembro de 2021, ela passou a se chamar “Escola Municipal Alípio Pereira Braga”, em resposta a uma reivindicação da família de Alípio. Atualmente, o local onde a escola está situada foi doado em vida por Alípio. A entrevistada n.º 2, que na época tinha a sua filha matriculada na instituição, relata sobre essa mudança: *Eu acompanhei [...] Não foi perguntado para os pais, foi um projeto votado por um vereador a pedido da diretora da escola na época e votou e foi* (Entrevistada n.º 2).

A escola ocupa uma área total de 2.214,00 m², com uma construção de 790,15 m², distribuída em cinco pavilhões que incluem: um pátio, uma quadra de esportes coberta, nove salas de aula, uma secretaria, uma direção com banheiro, uma sala de coordenação de turno com banheiro, uma sala de mecanografia, uma sala de professores, uma sala de orientação, uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), um laboratório de informática, banheiros masculino e feminino para alunos, um depósito e uma cantina. Além disso, há um espaço livre nos fundos da escola utilizado para uma horta, resultado de um projeto de educação ambiental desenvolvido pela comunidade escolar, e um espaço de jardinagem na fachada central da unidade escolar (PPP, 2021).

No dia 26 de março de 2018, a escola expandiu seu atendimento para um novo prédio (Figura 8) no bairro Jardim Edite, onde atende alunos do maternal, Jardim I e Jardim II (3 a 5 anos de idade). A estrutura da extensão da escola inclui: uma sala administrativa e pedagógica, uma sala dos professores, quatro salas de aula, uma sala de apoio (Serviço de Orientação Educacional, Atendimento Educacional Especializado), um depósito de materiais, uma sala de descanso, uma sala de videoteca, uma cantina com depósito, três banheiros

infantis e dois banheiros para adultos. Na área externa, são realizados projetos ambientais de horta e jardinagem (PPP, 2021).

O atual prédio foi construído e inaugurado provisoriamente em 2018 e, apesar do caráter temporário, continua sendo utilizado até o presente momento sem melhorias estruturais adequadas, destaco que o prédio possui apenas um portão para entrada e saída, o que compromete a segurança em caso de emergência. As salas de aula não possuem janelas para ventilação externa, apenas janelas voltadas para o corredor. Cada sala conta com apenas um ventilador, o que é insuficiente para amenizar as altas temperaturas. Recentemente, foi instalada uma grade na entrada da escola para melhorar a circulação de ar, porém essa medida não soluciona o problema estrutural. A área de recreação das crianças se resume ao corredor da escola.

As condições precárias do prédio afetam diretamente o conforto, a concentração e o desenvolvimento das crianças, que têm entre **3 e 5 anos de idade**, comprometendo a qualidade do ensino e o cumprimento dos direitos educacionais garantidos na LDB, que prevê que as escolas devem ter condições apropriadas de higiene e segurança e que as autoridades responsáveis devem buscar uma relação adequada entre o número de alunos, a carga horária e as condições físicas da escola.

Figura 7 – Extensão da Escola Municipal Aleixo Pereira Braga



Fonte: A autora (2024).

Embora a escola esteja localizada no centro do Mesquita e cercada por fazendas, não é considerada uma escola rural ou do campo. No entanto, no seu Projeto Político-Pedagógico, é

classificada como uma escola quilombola, situada em uma Comunidade Remanescente de Quilombo:

[...] situada em uma Comunidade Remanescente Quilombola. Entendemos haver a necessidade de um tipo de formação que possa atender às expectativas das vivências diárias desses alunos e para haver a construção de uma escola que dê conta de atender essa característica de “educação quilombola”, passa necessariamente pelo entendimento de que se deve possibilitar a reflexão a partir do lugar em que ela está localizada; na prática social dos sujeitos a fim de se reconhecer a construção de uma identidade cultural e de um sentimento de pertencimento, condição fundamental para a formação que se almeja.

O conceito de nossa escola em torno desse tipo de educação, passa pelo princípio de que ela deve funcionar como um local de produção e socialização cultural, valorizando os saberes locais, estimulando a criação de novos saberes, visando ao pleno desenvolvimento do aluno (PPP, 2021, p. 69).

O PPP da escola possui uma proposta que busca articular-se com a família e a comunidade, estando aberta a apresentações de projetos educacionais, festejos culturais locais, apresentações artísticas e eventos que envolvem toda a comunidade.

Até o final de 2023, a escola oferecia educação do 1º ano do Ensino Fundamental I ao 9º ano do Ensino Fundamental II. Após a conclusão da segunda fase do ensino fundamental, os jovens são transferidos para uma escola estadual localizada em outro bairro ou cidade para concluírem o Ensino Médio.

Algumas famílias com melhores condições financeiras conseguem pagar pelo transporte para que seus filhos continuem os estudos em outras localidades que não seja a Cidade Ocidental. Já aquelas que não têm essa possibilidade permanecem na comunidade e buscam ocupações em chácaras, fazendas, no comércio local ou em casas de família em Brasília e no entorno do Distrito Federal.

Uma moradora da comunidade compartilhou um pouco sobre a experiência que teve na escola, quando sua filha estudava lá. Ela relatou que, devido a uma série de acontecimentos, decidiu que seria melhor transferir a filha para outra instituição. Segundo a moradora, as circunstâncias na escola estavam afetando o bem-estar da criança, o que a levou a tomar a decisão de buscar outro ambiente para o desenvolvimento escolar da filha:

A Tendência está sendo piorar cada vez mais [...] Não cumpre o que está no papel! No projeto pedagógico da escola não cumpre nem 1/3 do que está ali naquele papel... No documento é uma escola totalmente preconceituosa [...] Eu digo que racista! Por que assim, você tem uma escola inserida dentro do território quilombola que não é quilombola! Perante a justiça é uma escola quilombola, mas dentro da escola a gente sabe que não acontece nada disso! A gestão que está lá é totalmente contra nessa questão quilombola, só tinha coisas tratadas lá em relação a quilombola quando a C. estava lá, agora que ela saiu é muito pouco né a

Cristiane tenta, mas muita das vezes nem consegue por que uma andorinha só não faz verão. Se ela não tem alguém para apoiar é muito difícil! Não é uma escola que deixa a comunidade participar! Isso não existe dentro da escola, a comunidade não faz parte da escola, então é muito ruim! Enquanto não mudar essa gestão, não mudar a forma que eles estão levando a escola, as coisas não vão mudar. Quando eles tiraram as crianças daqui foi um sucateamento né, eles querem sucatear a escola! A partir do momento que você diminui o quantitativo de alunos quilombolas dentro da escola, você piora a situação, você esconde, mascara esses dados [...] joga esses meninos por todo o município e quem vai saber que esse menino é quilombola? (Entrevistada n.º 2).

Durante a minha participação em rodas de conversas organizadas pela Defensoria Pública e nas Vivências Interculturais realizadas pelo Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude – NEIJ | CEAM | UNB, surgiram relatos de pais e mães de alunos afirmando que ao cobrar a abordagem quilombola na escola, são ignorados e seus questionamentos são respondidos por “*Não é o momento para falar disso!*”.

A entrevistada n.º 2 relata também que nos documentos disponibilizados na secretaria da escola, em nenhum lugar consta a opção de colocar se a pessoa se autodeclara quilombola ou não, o que ela interpreta como uma forma de racismo ou de silenciar os quilombolas. Quanto à transferência de sua filha para uma escola na cidade, a entrevistada relata que gostaria que sua filha estudasse na comunidade junto com seus primos, mas infelizmente não tem uma boa estrutura para cumprir com o que a comunidade merece.

É importante que a escola trabalhe a questão da história local e identidade territorial da comunidade, fazendo um mapeamento dos recursos e potencialidades locais que possam ser explorados pelos estudantes. Isso fortalece o sentido de viver e trabalhar em comunidade, além de destacar a importância da conservação do território e da cultura quilombola tanto para a sociedade quanto para os moradores.

De maneira geral, a história dos quilombos e dos quilombolas é abordada de forma genérica e parcial nas instituições de ensino. Santos e Silva (2022) destacam a importância de ouvir o povo quilombola e garantir seu espaço na história e na educação

O nosso saber não está nas universidades, ela perde muito de não saber nos escutar, uma escuta aos quilombolas, aos indígenas, às populações tradicionais que gere trocas, onde se aprende e se ensina, que não seja aquela arrogância de que você vai nos ensinar. Eu ralei muito para aprender a linguagem da academia, ainda nem aprendi, estou engatinhando. Mas tenho certeza que sobre os saberes quilombolas eu vou saber mais do que os doutores. Eu já sou doutora do saber do meu povo. [...] O quilombo é um lugar de acolhimento (Santos; Silva, 2022, p. 87).

Santos e Silva (2022) fazem referência à universidade, mas essa realidade também se aplica aos estudantes da comunidade Mesquita. Afinal, ninguém melhor que os próprios

quilombolas para falar sobre sua história e origem. A história dos quilombos exige um tratamento especial na educação, não devendo ser restrita apenas ao professor de história ou ao mês de novembro, mas sendo trabalhada de uma forma interdisciplinar.

Como mencionado anteriormente, a escola está passando por uma série de mudanças devido à transição para o modelo de ensino em tempo integral. Além disso, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) está sendo reestruturado para se adequar a essa nova realidade de organização. As informações utilizadas para a elaboração deste texto foram extraídas do PPP de 2021, ao qual tivemos acesso, refletindo o contexto atual da instituição.

Diante do exposto sobre a atual situação escolar no Mesquita, trago a reflexão de Neres (2014), que aponta que, atualmente, o município tem sido palco de intensos confrontos, liderados tanto pelos defensores quanto pelos opositores da oficialização do território como quilombola.

Nesse contexto, a Associação Renovadora Quilombo do Mesquita – AREQUIM acompanhava de perto as ações da escola, buscando garantir que os elementos culturais, históricos e identitários quilombolas fossem contemplados na ação político-pedagógica. Por outro lado, a Associação dos Produtores Rurais do Mesquita e Água Quente – APROMAQ atuava de forma contrária, com o objetivo de evitar a consolidação do Quilombo.

Tendo em vista que o grupo vencedor no último pleito político era ligado à APROMAQ, esse exercia uma forte pressão na escola para que nada relacionado ao conceito quilombola fosse trabalhado nas ações educativas da escola (Neres, 2014, p. 8). Atualmente a nova associação de moradores está em processo de formação, o que dificulta a cobrança dessas ações na escola.

A Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, é uma conquista significativa para o movimento quilombola e sociedade civil. A Resolução foi sancionada no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em resposta às demandas do Movimento Negro e de estudiosos comprometidos com a causa. Essa resolução configura um marco para a promoção da inclusão e da diversidade cultural na educação brasileira.

A Resolução CNE/CEB nº 8/2012 direciona as políticas públicas educacionais voltadas para as comunidades quilombolas, assegurando que elas tenham acesso a uma educação de qualidade que reconheça e valorize seus aspectos culturais, históricos e identitários. Estabelece a incorporação de conteúdos e práticas pedagógicas que reforcem a identidade quilombola, propondo um currículo que contemple a história e a cultura dessas

comunidades.

A educação quilombola enfrenta desafios históricos no Brasil, apesar de avanços importantes, como a Lei n.º 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos ensinos fundamental e médio, em instituições públicas e privadas. A Lei n.º 10.639/2003, que integra o Dia da Consciência Negra no calendário escolar e exige uma abordagem ampla da história africana, também teve papel crucial nesse processo, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incorporar conteúdos que valorizem a cultura e história afro-brasileiras e a contribuição dos afrodescendentes ao desenvolvimento do país.

Essas leis foram criadas com o objetivo de promover uma abordagem mais abrangente sobre a história e a cultura africana. A sua adoção foi impulsionada por uma série de movimentos e debates que evidenciaram a necessidade de incluir a história africana nos currículos escolares, demanda fortalecida por organizações e agentes sociais comprometidos com a promoção da diversidade cultural.

A Lei n.º 10.639/2003 modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecendo a obrigatoriedade de incluir conteúdos sobre a história da África, a luta dos negros no Brasil, a cultura afro-brasileira e as contribuições dos afrodescendentes para o desenvolvimento do país. A legislação também promove ações educativas para valorizar a diversidade étnico-racial, combater o racismo e fortalecer a igualdade de oportunidades. Conforme o inciso I do Artigo 1º da Resolução CNE/CEB nº 8/2012, a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica deve abordar a memória coletiva, a comunicação, a cultura, as tecnologias e os modos de produção, além de outros elementos que compõem o patrimônio cultural das comunidades.

As orientações curriculares da Base Nacional Comum Curricular de 2018 enfatizam a necessidade de superar a fragmentação disciplinar e ressalta a importância de considerar o contexto em que a escola e o aluno estão inseridos. O objetivo é promover um aprendizado significativo, que favoreça o protagonismo dos estudantes na construção de sua própria trajetória de vida. Para isso, os professores devem seguir a proposta de aulas temáticas que integram saberes e práticas, envolvendo uma educação emancipatória que contribui principalmente para a formação das competências.

Isso implica identificar e superar situações de conflito, valorizando o coletivo e a realidade das comunidades. Essa abordagem não apenas enriquece o aprendizado, mas também fortalece a relação dos estudantes com seu contexto social. Levando em consideração

o que a entrevistada n.º 2 falou sobre o ensino da escola que não aborda a questão quilombola e o contexto da comunidade Mesquita, o entrevistado n.º 1 relata que no governo anterior a escola tinha essas abordagens e que a escola era gerida por duas professoras quilombolas da região.

Entrevistadora: *A escola é uma escola tradicional, né? Ela não é uma escola quilombola.*

Entrevistado N.º1: *É. Porque quando... Quando a gente trabalhou, por exemplo, o Plano Municipal de Educação, ainda no governo da Gisele, a gente colocou uma série de estratégias quilombolas, inclusive o PPA tinha um conjunto de elementos quilombolas. Quando a Raquel e a Rejane eram diretoras, tinha toda uma estrutura quilombola. Mas isso ainda era no governo da Gisele. Quando o Fábio assumiu, aí sim, mudou totalmente.*

Entrevistadora: *Ah, então ela já teve essa estrutura?*

Entrevistado N.º1: *Sim, sim. Porque, inclusive, eu acho que ela ainda no MEC, ela é uma escola quilombola.*

Entrevistadora: *Por que, eu estou com o PPP de 2021. Tem uma frase que fala que ela é uma escola quilombola.*

Entrevistado N.º1: *Ah, tá. O nosso plano municipal foi em... 2014 Vamos ver. Em 2018. Ainda foi o da Gisele. Acho que foi o último foi o da Gisele. Que a gente trabalhou nesse plano. Então, acho que quando ele entrou, ele claro [...] fez de tudo para tirar essas estratégias e tal. Mas alguma coisa acabou ficando, porque é difícil você limpar um documento. Então alguma coisa talvez ficasse. Mas realmente a partir do momento que ele entrou foi só tirando... (Entrevistado n.º 1).*

A publicação das diretrizes curriculares nacionais para a Educação Quilombola é crucial, pois, apesar da existência da Lei n.º 10.639/2003, que aborda a história e a cultura afro-brasileira nas escolas, ela não atende a diversas demandas das comunidades quilombolas. Entre essas necessidades estão a formação de professores quilombolas dentro da própria comunidade, a oferta de alimentação adequada à cultura local e, principalmente, a questão do transporte dos alunos.

Mesmo com as diretrizes e questionamentos de alguns pais quanto à escola ser ou não ser uma escola quilombola, continua este impasse. É importante que a escola desenvolva as habilidades de forma integrada, abordando aspectos culturais, sociais e ambientais. Isso implica identificar e superar situações de conflitos que a comunidade enfrenta, valorizando a realidade e o coletivo. Essa abordagem não apenas enriquece o aprendizado, mas também fortalece a relação dos estudantes com seu contexto social. Esperamos que um dia a comunidade do Mesquita tenha uma abordagem educacional condizente com a realidade local e com a atenção e qualidade que a população merece.

O papel do educador nesse processo é fundamental. É importante enfatizar que essas habilidades devem ser abordadas desde a formação inicial, permitindo que os profissionais adquiram habilidades para planejar ações que considerem o espaço, o território, a história local, assim como os saberes e tradições. A educação deve servir como referência teórica e ponto de partida, promovendo uma formação que integre esses elementos de maneira coesa e significativa. Além disso, essa abordagem pode contribuir para a construção de uma consciência crítica e para a valorização da cultura local do Mesquita.

Se os elementos culturais que marcam a identidade cultural do Mesquita são pontos de disputa e conflito dentro da escola da comunidade, a depender do contexto político sendo incentivados e trabalhos ou afastados do currículo e das práticas pedagógicas, isso me levou a observar como esses elementos estão presentes na vida comunitária fora da escola, nas dinâmicas familiares e coletivas das festas, das reuniões e dos trabalhos com a terra. Nas páginas a seguir, oferecemos uma breve caracterização das relações entre a comunidade Mesquita e o meio ambiente, elaborada com base em debates acadêmicos, possibilitando uma compreensão ampliada dessa interação com os saberes tradicionais da comunidade.

3 A RELAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MESQUITA COM O MEIO AMBIENTE E O CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Quando pensamos na Educação Ambiental a partir do contexto de povos e comunidades tradicionais, como as coletividades quilombolas, é necessário exercitar a abertura epistêmica para um diálogo intercultural. Nesse sentido, ao tratarmos de relações ambientais, abordamos o cuidado, a conservação e a relação que a comunidade tem com o território, levando em conta suas epistemologias ecológicas e suas pedagogias próprias.

Uma aproximação desse vínculo com o meio ambiente pode ser desenvolvida, seguindo as ideias do pensador quilombola Antônio Bispo Santos (2015) e algumas noções que esse autor nos apresenta, como a relação biointerativa ou biointeração.

Enquanto a visão hegemônica do ambientalismo, que é pragmática e baseada na tríade “reduzir, reutilizar e reciclar”, se fundamenta no problema do uso indiscriminado de recursos naturais finitos e não renováveis característicos do desenvolvimentismo (Santos 2015), as comunidades quilombolas apresentam uma perspectiva radicalmente diferente, baseada no conceito de “biointeração” nomeado por Santos (2015).

Segundo a lógica da biointeração, tudo é extração orgânica, e por isso se utiliza a tríade “extrair, utilizar e reeditar”. Para ilustrar essa tríade, Santos (2015) descreve uma prática realizada no cotidiano das comunidades quilombolas:

Uma parte importante da pescaria começa antes mesmo de se ir ao rio pescar. Assim como no caso das garrafas pets, nós também utilizamos vasilhames para transportar os nossos alimentos, mas fazemos isso segundo uma lógica radicalmente diferente. No caso da pescaria é preciso ir à mata e retirar palhas da carnaúba ou de outras palmeiras tais como o tucum, o babaçu, o buriti, a bacaba, para tecer o cofo (uma espécie de cesto ou sacola, que confeccionamos a partir do que encontramos ofertado pelo bioma de cada região), onde transportaremos os produtos da pesca. Quando o cofo perder a sua utilidade, nós até podemos reutilizá-lo de outras maneiras, mas isso nem de longe se constitui como um problema. Muito pelo contrário, podemos simplesmente descartá-lo no ambiente que ele rapidamente entrará em processo de decomposição e servirá de alimento para a palmeira da carnaúba (de onde extraímos a palha) ou ainda para outras espécies e seres, num processo natural e orgânico de reedição da natureza (Santos, 2015, p. 100).

Essa tríade biointerativa descrita por Antônio Bispo pode ser observada no cotidiano de diversas comunidades tradicionais que buscam uma relação equilibrada na extração dos recursos naturais, em contraste com os processos de expropriação típicos do modelo capitalista hegemônico de relação com a natureza. Isso é exposto neste poema de Santos (2015), que fala da relação do humano com o meio ambiente

Extraímos os frutos das árvores
Expropriam as árvores dos frutos
Extraímos os animais da mata
Expropriam a mata dos animais
Extraímos os peixes dos rios
Expropriam os rios dos peixes
Extraímos a brisa do vento
Expropriam o vento da brisa
Extraímos o fogo do calor
Expropriam o calor do fogo
Extraímos a vida da terra
Expropriam a terra da vida
Politeístas!
Pluristas!
Circulares!
Monoteístas!
Monistas!
Lineares!
(Nego Bispo)

Nesses versos, o autor estabelece uma comparação entre o modo de relação das comunidades quilombolas com o ambiente e o modo industrial moderno colonial. Esse contraste, apresentado de forma poética, destaca claramente as diferenças entre esses dois modelos de vida.

Quando abordamos a identidade étnica, especialmente no contexto dos quilombolas, é importante ter uma perspectiva histórica sobre o território e a identidade da comunidade. Essa identidade é construída com base nas tradições e convivências coletivas e familiares ao longo de gerações que atravessam o tempo.

A interação com pessoas mais idosas e o resgate de experiências passadas, históricas e lembranças de tempos antigos são fundamentais para compreender essa identidade. Ela também está relacionada ao pertencimento à comunidade Mesquita e ao seu contexto cultural e ambiental. A partir do reconhecimento do pertencimento ao lugar, é possível que os sujeitos desenvolvam um senso de identidade

Na comunidade Mesquita, as famílias possuem um vasto conhecimento tradicional sobre o meio ambiente, adquirido através de suas experiências e da relação cotidiana com a natureza. Esse conhecimento, transmitido de geração em geração, inclui práticas de manejo da terra que visam à conservação dos recursos naturais. Entre essas práticas, utilizadas até hoje, destacam-se: o cultivo das roças, o uso das plantas medicinais e nativas, a conservação da vegetação do Cerrado, o uso dos frutos nativos e o cuidado com os riachos e nascentes da região.

Quando uma comunidade se reconhece como parte de seu território, suas ações ganham mais sentido, e surge o desejo de participar ativamente, promovendo o trabalho comunitário. Esse envolvimento abre portas para novos projetos e ensinamentos, fortalecendo o senso de coletividade e o cuidado com o território. Os moradores do Mesquita reconhecem as transformações históricas e como isso se reflete nas relações comunitárias no contexto atual.

Ao entrevistar uma senhora moradora da comunidade com 67 anos (entrevistada n. °3), lhe pergunto o que mudou do tempo dela para o tempo de hoje. Ela relata: *“Mudou muito né, é que naquele tempo era melhor... com toda a dificuldade naquele tempo era melhor... a convivência... era muito bom! Era difícil, mas era bom!”* Sua filha (entrevistada n. °2) complementa que antigamente a região era mais de familiares e a relação era melhor, não tinha tantos conflitos com a comunidade.

A entrevistada n.º 3 relata que antigamente cultivava marmelo, plantava milho e cana, mas por um acontecimento familiar teve que deixar suas terras por um tempo com outra pessoa cuidando e quando voltou só tinha uns quatro pés de marmelo e antes eram uns quinhentos ou mais *“Meu pai fazia marmelada, fazia doce... Aí depois que ele morreu... Aí eu arrumei né, colhi muito marmelo ainda... Aí depois o homem arrancou, agora que estou tentando refazer... Estou plantando.”* Relata também que antigamente trabalhava fora, retornava às 15h e por ser mãe solo ainda tinha que capinar e cuidar do quintal com as plantações, mas hoje não dá conta de fazer esse serviço em casa e atualmente planta mandioca e vende nas proximidades.

A comunidade, ao longo de seus 278 anos de existência, destaca-se por sua rica diversidade cultural. Essa diversidade tem impulsionado esforços contínuos para compreender e interpretar um amplo universo de conhecimentos, tradições, práticas rurais, além de perspectivas pedagógicas, epistemológicas e políticas. Esses elementos, juntos, moldam as interações entre sociedade e meio ambiente por meio da educação própria.

Nos próximos tópicos apresento algumas tradições do Mesquita que tecem essa relação entre identidade, território e meio ambiente.

3.1 Tradições e festejos

A comunidade quilombola mantém suas festividades tradicionalmente ligadas ao catolicismo, seguindo um calendário de celebrações que envolvem a igreja católica local,

conhecidas como “Folias” e “Festejos”. Essas festividades refletem as características culturais da região e do povo.

Em janeiro, a comunidade celebra a “Folia de São Sebastião” e a tradicional “Festa do Marmelo”. Em maio, ocorre a “Folia do Divino Espírito Santo” e em agosto, destaca-se a festa mais importante para a comunidade: a “Festa de Nossa Senhora D’Abadia”, padroeira local, que acontece entre os dias 5 e 15.

Quando pergunto ao entrevistado n.º 1 sobre a importância que as festividades têm para a comunidade, ele me responde de uma forma didática e cheia de simbolismo, ressaltando como essas celebrações não apenas fortalecem os laços entre os moradores, mas também preservam tradições e valores culturais que são passados de geração em geração. A resposta do entrevistado mostra que as festividades representam um espaço de união e identidade coletiva, onde as pessoas se registram e encontram sentido em suas raízes:

Entrevistado N°1: Em geral, essas festas elas acompanham um ciclo de vida, um ciclo de produção. Então, por exemplo, a festa do marmelo, como é que funciona a questão do marmelo? No mês de julho tem a poda, então termina a poda e a festa da Nossa Senhora D’Abadia, uma importante, termina a festa da Nossa Senhora D’Abadia tem o período da folhagem e floração do marmelo, depois disso em janeiro dezembro é a colheita, janeiro é a colheita é a festa do marmelo, então você ver aí um ciclo né! Você tem festa no início da podagem e tem uma festa na colheita. É e tem outras festas que são devocionais e tem uma base assim mais católica, que os quilombolas têm sua forma própria de comemorar e tem outras festas né! A festa N’Golo que é mais recente mais a produção do N’Golo é bem antiga né! Se bem que não é chamado de N’Golo, é chamado de vinho simplesmente. Então, essa festa aqui ela tem uma identidade própria, é uma planta própria, que só é chamado de Quiabo de Angola aqui. Deve ter alguma razão para isso. Então, há uma comemoração nisso, mas há também um olhar de identidade... de produção... de cultivo etc. E tem outras coisas, às danças que geram em tudo isso.... Então, quando tem uma festa, tem algum símbolo. Então a cultura é um símbolo da vida. Então ela acaba representando o que você planta o que você colhe e o que você disponibiliza. É uma celebração da produção e da identidade.

Entrevistadora: Cada ciclo vai tendo uma festividade né?

Entrevistado N°1: Sim, claro você pode colocar cada uma dessas festas e um determinado período. As folias, por exemplo é muito disso, termina um tem um ciclo e tal e cria outro.

Entrevistadora: São coisas que envolvem todo mundo né?

Entrevistado N°1: Exato! É uma maneira assim muito coletiva de celebrar, por que a pessoa que oferece um pouso, por exemplo, ela recebe todo mundo, ninguém paga por isso. Ninguém se quer precisa de um convite para participar, todo mundo participa. Mas, no mesmo tempo, muitas pessoas contribuem com aquele pouso. Então, ninguém faz um pouso sozinho. Entendeu? É uma ação coletiva, para fazer, e para como se diz: se beneficiar. É muito em conjunto e aí você ver aquele resultado mesmo da fatura, da coletividade, da confraternização. Aqui a gente tem assim, avançado um pouco nessa questão da convivência respeitosa, então agente dialoga muito bem com as religiões, então você tem várias representações, tem os católicos, tem de umbanda, tem de evangélicos, tem esses de indígenas aí da Ayahuasca, por

exemplo, então eu acho muito legal isso (Entrevistado n.º 1).

Durante a Festa de Nossa Senhora D'Abadia, a celebração é realizada em todo o quilombo através de pousos e novenas. Cada pouso é organizado por um anfitrião que oferece aos foliões hospedagem, jantar e café da manhã. Os foliões, montados em cavalos, percorrem as casas da comunidade, cantando músicas acompanhadas por violas e sendo abençoados pelos moradores de cada residência, que também recebem bênçãos em retorno.

As noites dos pousos são animadas com muita música e danças típicas, como a Catira e a Dança da Raposa. Essas danças são tradicionais de Goiás e são acompanhadas por trajes típicos, como chapéu, calça jeans, blusa xadrez e botas. A dança é coreografada pelo grupo e é caracterizada pelo som dos sapateios e palmas, que atraem a atenção do público.

A festividade de Nossa Senhora da Abadia acolhe tanto pessoas quilombolas quanto não quilombolas, promovendo um ambiente acolhedor e alegre para todos os participantes. Durante o período da festa, são realizadas novenas em diversas casas e na igreja local, fortalecendo o espírito comunitário e a devoção.

Figura 8 – Pouso de Nossa Senhora da Abadia



Fonte: A autora (2023).

Figura 9 – Pouso de Nossa Senhora da Abadia



Fonte: A autora (2023).

A entrevistada n.º 3 relata a sua felicidade em fazer um pouso em sua casa e receber os foliões e a comunidade *“É maravilhoso né! Eu tenho prazer em arrumar a casa para dar o pouso, os foliões vir e é maravilhoso!”* (Entrevistada n.º 3). Acrescenta que a comida oferecida durante as comemorações geralmente é custeada pela família que sedia o evento. Embora algumas pessoas contribuam com doações, na maioria dos casos é o anfitrião quem assume a maior parte das despesas para garantir a recepção dos convidados.

No último dia da celebração, a festa atinge seu ponto alto com a tradicional missa da desalvorada, seguida por um almoço comunitário e um animado bingo. Esse encerramento é marcado por um profundo sentimento de gratidão, celebrando as bênçãos recebidas ao longo do ano. Essa última jornada da festividade encanta a todos os participantes, promovendo momentos de união e alegria que fortalecem os laços entre os membros da comunidade e os visitantes. É um encontro que renova a esperança e reforça o espírito de coletividade, deixando lembranças inesquecíveis para todos os presentes.

Figura 10 – Desalvorada da Folia de Nossa Senhora da Abadia



Fonte: A autora (2024).

Figura 11 – Desalvorada da Folia de Nossa Senhora da Abadia



Fonte: A autora (2024).

3.2 Marmelo: o símbolo da comunidade Mesquita

Figura 12 – Fruto marmelo



Fonte: A autora (2024).

A cultura do marmelo (*Cydonia oblonga*) no Mesquita inicia-se no século XVIII na zona rural de Santa Luzia, que atualmente é chamada de Luziânia, quando as primeiras mudas foram trazidas de Portugal para o Brasil. Essa fruta se enraizou profundamente na cultura local, integrando-se aos aspectos culturais, econômicos e sociais da região. A relação entre o marmelo, o trabalho e a família é marcada pela territorialidade, desempenhando um papel essencial na ressignificação do passado e na conservação das tradições históricas desse território.

A Marmelada é uma tradição do Quilombo Mesquita, o doce é feito a partir do fruto marmelo, que é cultivado nos quintais dos moradores. A receita utilizada para a realização do doce é repassada de geração para geração. A produção do fruto teve seu período mais abundante no início do século XX até a década de 1970 (Ribeiro, 2014). O marmelo permitiu a autonomia do quilombo e a utilização das terras. Durante a formação da comunidade, o comércio local era movido pela de cana de açúcar, pela criação de gado e pela produção do marmelo, com a fabricação da marmelada e licores que levam até hoje o nome de Santa Luzia.

No Quilombo Mesquita, o processo de plantio, cultivo e colheita, assim como a comercialização dos derivados, sempre esteve profundamente ligado ao trabalho familiar e coletivo. Desde os tempos antigos, a produção de marmelo, farinha e rapadura foi crucial para o comércio e a geração de renda da comunidade, que dependia do esforço conjunto das famílias e da colaboração por meio de mutirões realizados pelos moradores.

Com o passar dos anos, o número de pessoas envolvidas nesse trabalho diminuiu, mas a estrutura do cultivo e as práticas permanecem vivas em algumas famílias. A tradição da comunidade é preservada por meio dessas práticas agrícolas, suas crenças e festividades que se renovam a cada ano. O Quilombo Mesquita pode ser entendido como uma comunidade camponesa, caracterizada por relações baseadas na unidade familiar, na divisão do trabalho e em um sistema de produção autônomo e independente. Nesse contexto, a terra no Mesquita, como em outras comunidades quilombolas, é essencial para a sobrevivência e manutenção da comunidade.

O trabalho, que envolve toda a família, abrange desde o plantio e cultivo até a fabricação das caixinhas para guardar o doce e a marmelada (Figuras 14 e 15). Essa coletividade também representa a transmissão de valores dos mais velhos para os mais jovens, permitindo que estes valorizem suas raízes e seu território. A realização dessas atividades fortalece a transmissão dos conhecimentos sobre a terra e o cuidado com o meio ambiente.

Ao visitarmos o Mesquita, somos recebidos com muita alegria e fartura, os moradores sentem prazer e alegria de compartilhar suas histórias, experiências e vivências. Ao visitar a casa de Dona Elpídia Braga durante a “*Vivência Intercultural na Comunidade Quilombo Mesquita*”, tive o prazer de acompanhar e ajudar João Paulo (Figuras 16 e 17) filho de Dona Elpídia a apurar o doce de marmelada. Enquanto isso, ele foi nos falando como é o processo de preparo do fruto e como eles conseguem armazenar a polpa para conseguir fazer o doce durante todo ano.

Figura 13 – Caixaeta de Marmelada



Fonte: A autora (2024).
(2024).

Figura 14 – Caixaeta de Marmelada



Fonte: A autora

Figura 15 – João Paulo preparando a marmelada Figura 16 – Eu ajudando João Paulo no preparo



Fonte: A autora (2024).
(2024).



Fonte: A autora

Conforme aponta Lisboa (2020), atualmente, existem no Mesquita dois produtores de marmelo de médio porte, cada um com mais de 200 pés de marmelo, e mais de 15 anos de cultivo contínuo. Além desses, é comum encontrar pés de marmelo na maioria dos quintais dos moradores, evidenciando a importância da fruta na vida cotidiana da comunidade.

A prática do cultivo do marmelo no Mesquita se mantém bastante tradicional. Os

adubos utilizados são, até hoje, o esterco de gado e a calda bordalesa, uma mistura que auxilia no combate a pragas e doenças. O manejo dos marmelais é feito manualmente, sem o uso de maquinário moderno. A poda de inverno, realizada anualmente no mês de julho, é considerada a etapa crucial do cultivo, pois estimula a frutificação.

Após a poda, a aplicação da calda bordalesa nos cortes visa prevenir o surgimento de fungos e podridões. A floração do marmelo ocorre aproximadamente de 20 a 30 dias após a poda, e a colheita do fruto se dá após seis meses, sendo a maior parte destinada à produção de marmelada e licores (Lisboa, 2020).

No passado, de acordo com Lisboa (2020), o processo de poda era um evento comunitário que envolvia mutirões. Cada dia, um grupo de moradores se reunia em uma propriedade diferente para realizar a poda e, após o trabalho, celebravam com um almoço farto, acompanhado pela tradicional cachaça de alambique. Hoje, esse trabalho é feito por um podador experiente e um ajudante, ambos remunerados por diárias, refletindo uma mudança na dinâmica social e econômica do cultivo do marmelo na região.

Os moradores aproveitam a época de cada fruta, verdura e legume para fabricar doces, compotas ou vendê-los na forma natural, garantindo o aproveitamento total dos alimentos. Ao considerar a organização social, econômica e cultural do Mesquita, o marmelo se destaca como o elemento central, simbolizando a conexão entre os moradores e as famílias do Mesquita.

Anualmente, a comunidade tem a tradicional Festa do Marmelo; em 2024 aconteceu a sua 22ª edição nos dias 13 e 14 de janeiro. Esse evento celebra a colheita do marmelo, no primeiro dia da festa, 13 de janeiro. A programação incluiu shows de bandas locais e vendas de comidas e bebidas. Além disso, houve a tradicional Cavalgada, que começou no Jardim Ingá, em Luziânia-GO, e seguiu até o Mesquita. No entanto, um trágico acidente durante a cavalgada resultou na morte de dois cavalos, o que gerou debates na internet sobre a segurança e a necessidade de tais eventos para os animais.

No segundo dia, 14 de janeiro, o evento contou com a corrida do marmelo e a venda de produtos derivados do marmelo, como marmelada, licor e a fruta *in natura*. Também foram comercializados alimentos tradicionais da região, incluindo pimentas, goiabadas, queijos, doce de leite e temperos variados.

A missa em homenagem ao evento foi realizada no domingo, 14 de janeiro, na Igreja de Nossa Senhora D'Abadia, das 8h às 11h. Durante a cerimônia, vários moradores trouxeram frutas e alimentos produzidos localmente como forma de agradecimento. Após a missa, foi

servido o tradicional almoço comunitário.

Originalmente, a festa do marmelo era uma celebração familiar, sendo aberta ao público em geral com o objetivo de arrecadar fundos para a construção da nova capela de Nossa Senhora D'Abadia. Hoje, o evento atrai visitantes de várias regiões e faz parte do calendário de comemorações da Cidade Ocidental – GO, celebrando não apenas a colheita do marmelo, mas também a cultura e a união da comunidade.

Desde a fundação do quilombo Mesquita, cada período do cultivo do Marmelo e outras produções respeitam e seguem o calendário lunar, mês e estação do ano como observamos na descrição de Melo (2000), escritor e morador de Luziânia:

Trabalhávamos de sol a sol, com pequenos intervalos para as refeições. O dia passa depressa, sem sentirmos. Boas palestras, gracejos, piadas, dentro de um humorismo sadio. [...] Tínhamos sempre bom tratamento alimentar, mesas fartas das melhores iguarias. [...] O jantar não diferia das variedades do almoço e era sempre servido à luz da lamparina, regado de aperitivos. [...] Nos grandes marmeleiros, eram sempre três dias até terminá-los (Melo, 2000, p. 93-94).

A fabricação de marmelada antigamente era realizada no Mesquita e vendida em Santa Luzia, atualmente conhecida como Luziânia – GO, e envolvia uma espera de até mais de três dias para conseguir uma carona com algum fazendeiro que se dirigisse a Santa Luzia. Esse processo era essencial para que os produtos cultivados na comunidade, como a marmelada, gerassem renda para as famílias locais.

Figura 17 – Festa do Marmelo 2024 – Produção da Marmelada



Fonte: A autora (2024).

Hoje, a marmelada, além de estar disponível no Mesquita, pode ser encontrada em outros municípios e cidades vizinhas. Já as hortaliças e outros produtos da roça são comercializados tanto na feira de Cidade Ocidental quanto dentro da própria comunidade. A feira e a comercialização desses produtos desempenham um papel importante na disseminação da cultura do quilombo Mesquita, fortalecendo o trabalho familiar e a coletividade.

No entanto, a comunidade enfrenta desafios na continuidade da fabricação da marmelada e na conservação dessa tradição. Ribeiro (2014) analisa diversos aspectos envolvidos neste processo, como a relação com a terra, o trabalho e a dinâmica familiar, que serão discutidos na quarta seção desta dissertação.

A comunidade produz marmelo e goiabada artesanalmente há mais de 150 anos, seguindo receitas e métodos de preparo herdados de gerações passadas. Além dos doces, a comunidade também se dedica ao artesanato, produzindo tapetes, caixinhas e biscoitos que são comercializados em feiras locais.

Figura 18 – Goiabada e marmelada



Fonte: A autora (2024).

Figura 19 – Licor de Hibisco, doce de leite, goiaba em conserva e geleia de marmelo



Fonte: A autora (2024).

A territorialidade é continuamente renovada pela ressignificação da memória coletiva, especialmente em torno do “Tempo do Aleixo”, que não apenas remete a um passado forte e a um presente mais frágil, mas também serve como resistência contra a expropriação fundiária que a comunidade enfrenta (Ribeiro, 2014).

Na comunidade Mesquita, há uma rica diversidade de recursos naturais e saberes tradicionais que acompanham a comunidade desde a formação das primeiras famílias. Muitos moradores lutam pela conservação dessas tradições e de áreas do Cerrado, buscando manter práticas como a arte, festas, agricultura familiar e manejo da terra.

Com o passar dos anos, muitos costumes tradicionais foram se perdendo e hoje em dia não são mais praticados pelas novas gerações. O que reforça a importância de promover ações que fortaleçam as tradições e identidade da comunidade local. Destaca-se que, na maioria das vezes, a preservação dos valores e da terra é garantida pelos mais antigos da comunidade, que compreendem a importância de resistir e conservar o território.

Historicamente, a comunidade desenvolveu um modelo de autossustento utilizando práticas e recursos naturais, o que pode ser relacionado com a biointeração (Santos, 2015) entre a comunidade e o território. Os moradores aproveitam a terra e o trabalho familiar para cultivar roçados e marmelais, com todos os membros da família envolvidos ativamente nesse

processo.

Os moradores utilizam a terra e a mão de obra familiar para desenvolver suas plantações e cultivos de marmelo, contando com a participação de todos os membros da família como protagonistas nesse processo. Os mais velhos transmitem seus conhecimentos sobre o cultivo da terra e a produção de derivados do marmelo para as gerações mais jovens, ensinando sobre a divisão de tarefas, os saberes relacionados ao solo e às leis da natureza.

No entanto, lamentam que a nova geração demonstre falta de interesse e acomodação, enquanto antigamente havia mais respeito pelos mais velhos e pelas tradições da comunidade (Ribeiro, 2014). O cultivo do marmelo e a produção de marmelada fortalecem o campesinato, promovem a autonomia, incentivam a agricultura familiar e reforça a coletividade, desenvolvendo com o cultivo do marmelo e de outros alimentos a biointeração (Santos, 2015).

3.3 O hibisco e a Festa N'golo

Figura 20 – Festa N'Golo e aniversário de 278 anos do Mesquita – Flor e fruto hibisco



Fonte: A autora (2024).

Figura 21 – Festa N’Golo e aniversário de 278 anos do Mesquita – Flor e fruto hibisco



Fonte: A autora (2024).

A festa N'Golo é um evento de resgate ancestral angolano. Durante a celebração, são apresentadas à comunidade e aos visitantes diversas produções feitas com o hibisco, conhecido localmente como quiabo-de-angola (*Hibiscus sabdariffa*). O nome “N'Golo” faz referência à palavra “ungolo”, que denomina uma dança tradicional do povo Macupe, do sul de Angola, simbolizando a conexão com os povos angolanos e com o fruto.

O quiabo-de-angola tem sua origem nos continentes africano e asiático. Atualmente apresenta boa adaptação às condições brasileiras, principalmente com o clima seco. A planta é utilizada como ornamento para jardins devido a sua resistência e suas flores. Dependendo da região do país, a planta é conhecida por outros nomes, como groselha, papoula, flor da Jamaica, azedinha, quiabo azedo, caruru-azedo, caruru-da-guiné.

O quiabo-de-angola pode ser utilizado de diversas maneiras na culinária, em comidas salgadas e doces, tendo um total aproveitamento, podendo ser utilizados as folhas, frutos e talos. O gosto do seu fruto e folhas é azedo, combina com saladas cruas e pode ser refogado; ao adicionar açúcar, podem ser feitos diversos doces e sobremesas.

Durante a conversa com o entrevistado n.º 1, ele relata que o espaço de sua

propriedade funciona como incentivo à comunidade para trabalhar com o quiabo de angola: *“Esse aqui é um projeto que a gente trabalha com um tipo de incentivo. Aqui é um espaço de pesquisa, de produção, que a gente tem alguns itens aqui”* (Entrevistado n.º 1). Relata que atualmente cultiva três espécies e nos fala um pouco sobre elas: *“A gente já trabalha pelo menos com três espécies bem promissoras. Tem um bem tradicional de anos. E há duas novas espécies que a gente conseguiu em parcerias com outras entidades. Um veio da Nigéria, outra veio do Senegal”* (Entrevistado n.º 1). Acrescenta que as espécies vindas de fora estão se adaptando bem com o clima da região.

No dia 18 de maio do ano de 2024, o Quilombo Mesquita celebrou a Festa N'Golo junto com o aniversário de 278 anos da comunidade, no Espaço de Cultura João de Dito, localizado no Viveiro do Quilombo Mesquita, na GO-521 Km 08, em Cidade Ocidental – GO. O evento reuniu a comunidade e visitantes para um dia de celebração, valorizando a história e a cultura do quilombo.

A festa contou com uma variedade de atividades e serviços para todos os presentes. Foram vendidos alimentos, bebidas, artesanatos, frutas e verduras produzidas pela comunidade, demonstrando a riqueza da produção local. Além disso, a prefeitura do município ofereceu serviços de saúde, como aferição de pressão arterial, testes de glicemia, avaliação de massa corporal, além de tratamentos de bem-estar, como massagem relaxante e ventosaterapia. Consultoria e assessoria jurídica da cidade também estavam disponíveis para atender às necessidades dos moradores do Mesquita.

Durante o dia, os participantes puderam desfrutar de um delicioso almoço com galinha caipira, gueiroba, quiabo arroz e feijão. Assistiram também a diversas apresentações culturais que destacaram as tradições culturais do quilombo. À noite, a festa continuou com cantorias, venda de alimentos e bebidas, artesanatos e o tradicional licor de hibisco, uma especialidade local que atraiu muitos visitantes.

A realização da II Festa do N'Golo teve um significado profundo para a comunidade do Mesquita. Além de celebrar a tradicional festa, o evento marcou os 278 anos de resistência e luta, reafirmando a importância da preservação cultural e territorial da comunidade. A festa não foi apenas uma comemoração, mas também uma oportunidade para fortalecer os laços e manter vivas a memória e as tradições do quilombo.

A festa N'Golo geralmente é realizada no mês de junho ou julho, a depender da época que é feita a colheita dos frutos para a realização dos produtos que serão comercializados no evento. O produto principal dessa festa é o comércio da bebida à base do hibisco – vinho de

Quiabo-de-angola (Figuras 22 e 23). Também são comercializadas outras iguarias, como doces, geleias, comidas típicas e o produto seco para fazer chás. A festa é realizada com o objetivo de vender os produtos produzidos pelas famílias do Mesquita. Durante a sua realização é possível degustar os produtos e comprá-los diretamente dos produtores.

A organização comunitária se manifesta por meio de mutirões, uma força-tarefa colaborativa realizada entre famílias, que compartilham e dividem as diversas tarefas necessárias para manter as tradições e a sustentabilidade da comunidade. Esse modelo de cooperação mútua é uma característica central do modo de vida quilombola, que valoriza a solidariedade e a união.

Figura 22 – Licor de Hibisco



Fonte: A autora (2024).

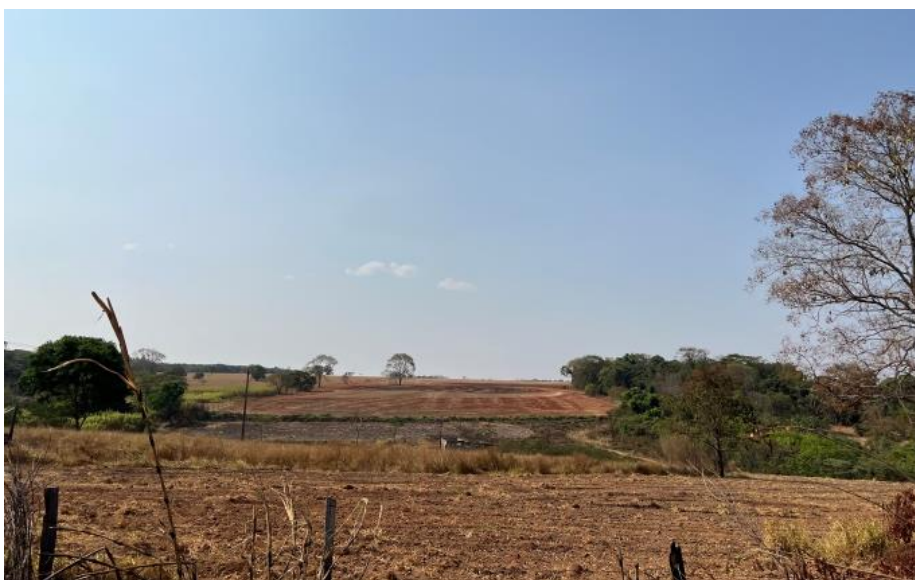
Figura 23 – Festa N' Golo e aniversário de 278 anos do Quilombo Mesquita



Fonte: A autora (2024).

3.4 Principais problemas socioambientais no Quilombo Mesquita

Figura 24 – Área desmatada dentro do território do Quilombo Mesquita



Fonte: A autora (2024).

Atualmente, ao caminhar pela comunidade, percebemos mudanças visíveis na paisagem: novas construções de casas, árvores derrubadas e áreas desmatadas. A Figura 25

ilustra uma grande área no centro do Quilombo Mesquita que foi desmatada para o cultivo de soja. Essa área pertence a um fazendeiro não quilombola. À esquerda e à direita da imagem ainda se preservam fragmentos da vegetação nativa do cerrado e pertencentes aos quilombolas. Esses contrastes evidenciam o impacto das atividades agrícolas intensivas sobre o ambiente tradicionalmente ocupado pelos quilombolas.

Além disso, várias fazendas localizadas dentro da área reconhecida do quilombo são utilizadas para o cultivo intensivo de soja. Esse tipo de atividade, além de ameaçar a saúde coletiva, impacta diretamente a subsistência coletiva. Durante minhas vivências na comunidade, moradores relataram que os pequenos produtores de hortaliças e outros alimentos enfrentam dificuldades para obter o selo de produção orgânica devido ao uso intenso de agrotóxicos nas plantações de soja próximas. Outro ponto alarmante é o aumento expressivo nos casos de câncer nos últimos anos, o que gera uma preocupação crescente entre os moradores, que temem que o uso de defensivos agrícolas nas fazendas ao redor esteja associado a esses problemas de saúde.

No documentário “Quilombolas de Mesquita: Os brasileiros que iniciaram a construção da capital do Brasil”, série documental feita pela ONG Transforme – Ações Sociais e Humanitárias, em parceria com o Ministério do Turismo no ano de 2021, a agrônoma Danuza, moradora do quilombo Mesquita, enfatiza que quer a produção agrícola na comunidade, mas não quer uma produção agrícola que agrida mais ainda a população:

[...] aqui a gente tem plantação de soja dentro de uma comunidade que as pessoas querem conseguir o selo de agricultura orgânica, é quase que impossível, porque se existe uma delimitação de quantidade de produtos químicos que podem chegar perto e se você tem um plantio de soja a 20 metros de distância da sua produção orgânica isso fica inviável (ONG Transforme, 2021).

Além dessa fala retirada do documentário, durante as conversas com os entrevistados e nas participações em eventos da comunidade, percebi uma grande preocupação com o desmatamento e o uso de defensivos agrícolas, que afetam diretamente a saúde e o bem-estar da comunidade. Esses moradores relatam que a degradação ambiental e a contaminação do solo e da água impactam não apenas a qualidade de vida, mas também a conservação de suas tradições e modos de vida.

O entrevistado n.º 1 relata os prejuízos que sofre quando defensivos agrícolas são aplicados na plantação em frente à sua casa. Ele destaca que esses produtos contaminam o ambiente ao redor, a qualidade de sua produção agrícola, que é prejudicada pela proximidade

com as plantações que utilizam tais substâncias

São esses grileiros. E eles jogam veneno lá e o veneno vem pra cá. E esse veneno queima essas plantas. Então, eu plantei mandioca lá do outro lado. E depois que ela já estava mais ou menos [...] eles jogaram veneno. Então queimou a grande parte. A mandioca eu tive que replantar praticamente todas. Inclusive, eu já tive que denunciar, só que agora eu tenho que ir para a Secretaria do Meio Ambiente, por que.... Agora a gente já está prevendo que a chuva deve vir. E eles vão, possivelmente, jogar veneno e vão prejudicar novamente o plantio aqui (Entrevistado n.º 1).

Ele acrescenta que, ao plantar, muitas vezes as coisas não se desenvolvem devido aos efeitos dos defensivos. Além disso, a comunidade enfrenta uma crescente escassez de água, agravada pelo desmatamento e pela construção de represas nas proximidades, o que reduz o abastecimento em diversas áreas. A falta de água impacta diretamente o dia a dia da comunidade e dificulta ainda mais a continuidade de suas práticas diárias. A entrevistada n.º 2 relata como tem percebido a diminuição da água na comunidade e na sua casa

Quanto mais você desmata, menos água você tem, hoje aqui na comunidade já tem muito lugar que não tem água.... Aqui mesmo era um ponto que tinha bastante água... Tinha água de rego... Não tem mais, a cisterna daqui de casa, tinha dois metros de profundidade, era muito pouco, era muito rásinha, mas na época da seca de um tempo para cá ela começou a secar, aí a gente teve que furar um poço, um mini artesiano, para não ficar sem água, né! E a gente está em um lugar que mais tinha água na comunidade. Se aqui era desse jeito, imagine nos locais que antigamente já não era tão bom de água (Entrevistada n.º 2).

A comunidade vem enfrentando esses problemas socioambientais diariamente e conforme o tempo vai passando eles vão aumentando. Algumas ações dentro da comunidade são realizadas para amenizar o impacto no território, porém nem sempre é o bastante. Há um tempo a comunidade tinha um grande problema quanto ao lixo, pois não tinha coleta de lixo e muitos moradores descartavam em locais inapropriados ou ateavam fogo. Hoje a prefeitura da cidade disponibilizou em dois pontos da comunidade Mesquita *containers* (Figuras 26 e 27) para o descarte de lixo.

Figura 25 – Containers para a coleta de lixo doméstico



Fonte: A autora (2024).

Figura 26 – Containers para a coleta de lixo doméstico



Fonte: A autora (2024).

A expectativa é que medidas concretas sejam adotadas para controlar o desmatamento, restringir o uso de defensivos agrícolas próximos à comunidade e garantir o uso adequado e sustentável da água. Essas ações são essenciais para preservar a saúde dos moradores, proteger o meio ambiente e assegurar a continuidade das práticas culturais e agrícolas da comunidade.

Na próxima seção, exploraremos a luta e a resistência da comunidade Quilombola Mesquita em busca do reconhecimento de seu território como quilombola. Abordaremos as vendas irregulares de terras, as ameaças enfrentadas pelos líderes comunitários e os desafios diários que surgem na batalha por permanecer resistindo na comunidade que é parte de sua identidade e história.

4 A LUTA E RESISTÊNCIA COMO EDUCAÇÃO

Localizado a apenas 50 km do centro de poder, em meio a uma das maiores regiões metropolitanas do Brasil, o quilombo Mesquita trava uma luta constante pela preservação de suas tradições culturais e pela defesa de seu território, ameaçado cada vez mais pela expansão urbana e pela especulação imobiliária, intensificadas pela presença de latifundiários com forte apoio político.

Quando os quilombolas se estabeleceram na região, as áreas ocupadas tradicionalmente por eles abrangiam quatro municípios goianos no Entorno Sul de Brasília, que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) criada pela Lei Complementar n.º 94, de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentada pelo Decreto n.º 2.710, de 4 de agosto de 1998, alterado pelo Decreto n.º 3.445, de 4 de maio de 2000.

A RIDE/DF é uma área planejada que inclui o Distrito Federal e municípios de estados próximos, como Goiás e Minas Gerais, com o propósito de enfrentar desafios comuns como: mobilidade urbana, infraestrutura, saneamento básico, habitação, educação, saúde e desenvolvimento econômico. Ao todo, a RIDE/DF compreende 34 municípios, distribuídos da seguinte forma: 1 no Distrito Federal, 29 em Goiás e 4 em Minas Gerais.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do INCRA produzido em 2011 reconhece uma área de 4.200 hectares como território do Quilombo Mesquita. Entretanto, apenas 25% desse território são ocupados de fato pelos quilombolas; o restante é explorado por grandes e pequenos proprietários rurais, como plantadores de soja, criadores de gado e especuladores imobiliários. Esses conflitos fundiários representam uma ameaça crescente ao modo de vida, à autonomia e à identidade do Quilombo Mesquita, tornando necessária a mobilização coletiva permanente para proteger o que resta de seu território tradicional.

O processo de regularização fundiária, que viabilizará a titulação das terras, ainda tramita no INCRA. Para que seja finalizado, será necessário que tanto grandes quanto pequenos proprietários presentes na área quilombola sejam indenizados pelo Governo Federal. Enquanto aguardamos o desfecho desse processo, o Quilombo Mesquita continua em sua luta e resistência.

Esse processo reflete dinâmicas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, conforme discutidas por Santos (1997). A territorialização se manifesta na

ocupação histórica e na construção do espaço geográfico do Quilombo Mesquita, consolidando-se como um território de identidade e resistência. A desterritorialização ocorreu ao longo do tempo com processos de expropriação e conflitos que fragilizaram o direito à terra da comunidade. A reterritorialização se revela na luta permanente em defesa de uma territorialidade coletiva que se traduz na defesa do processo de reconhecimento jurídico desse espaço como território quilombola.

No documentário “Quilombolas de Mesquita: Os brasileiros que iniciaram a construção da capital do Brasil”, Sandra Braga, líder comunitária e presidente da Associação de Moradores do Quilombo Mesquita, relata sobre a original extensão do território da comunidade e explora a ligação entre a construção de Brasília e o Quilombo Mesquita, destacando o impacto que esse processo trouxe para a comunidade:

Aqui tudo era Goiás não existia o Distrito Federal todas as terras aqui eram contínuas do Estado de Goiás então o quilombo Mesquita toda essa extensão era nossa né é tanto Brasília como hoje a questão do Paranoá, a questão da Esplanada dos Ministérios, Santa Maria, tudo isso era terra continua aqui da comunidade dos Quilombolas né! Então isso e ficou para a construção de Brasília... E essa construção de Brasília é para nós ela foi importante, mas também teve alguns impactos né para a nossa comunidade para o quilombo Mesquita em especial... Bom então tudo isso aqui ao redor do quilombo foi terras que foram ficando muito valiosas a especulação imobiliária chegou muito forte dentro do nosso território, mas de uma forma tentando que nos tirar esse legado, nos tirar esse direito. Tirar esses quilombolas que não podem morar no que é bom, no que é de melhor e nós temos o direito! Nós recebemos isso aqui! Os meus avós diziam muito isso para nós: – Vocês precisam cuidar do legado que vocês estão recebendo e esse legado é a terra! (ONG Transforme, 2021).

No período da construção de Brasília, o território quilombola Mesquita não foi incluído na demarcação da nova capital e a desapropriação das terras percorreu durante esse processo, promovendo o que Milton Santos definiu como desterritorialização dessa coletividade. Os quilombolas não conseguiram comprovar a titularidade das terras, que foram utilizadas para a composição de cidades satélites, como Santa Maria (Machado, 2007).

Neste período, muitas pessoas adquiriram propriedades no Mesquita. Proprietários de baixo poder aquisitivo, vendiam suas terras motivados pela falta de melhores condições de trabalho no campo, com o objetivo de comprar coisas como remédios, roupas e para arcar com despesas como casamento dos filhos (Neres, 2016).

Aos poucos foi chegando à comunidade o dinheiro em espécie, provocando mudanças na relação de trabalho e troca no Mesquita, o que refletiu mudança no meio ambiente e na forma de produção tradicional. Esse processo ilustra a transformação técnica discutida por

Milton Santos (2007), na qual novas técnicas e relações econômicas alteram as dinâmicas tradicionais de produção e organização social. Chegaram também os novos fazendeiros e investidores, ofertando trabalhos e produções inovadoras que eram remuneradas por dinheiro, essas novas ofertas de empregos aumentaram o custo de oportunidades para o pequeno produtor do Mesquita.

A comunidade começa a ter uma relação de dependência na troca conduzida pelo dinheiro, o que causa um impacto social e territorial, pois antes a comunidade era movida de uma forma sustentável. Antigamente o trabalho na roça respeitava o ciclo do plantio e da colheita. Com a entrada do capital, as coisas começam a mudar, pois a nova economia e instrumentos oferecem uma diminuição do prazo e uma colheita mais rápida, começando uma busca de novo padrão de vida movida pelo capitalismo (Ribeiro, 2014).

Com tudo isso começou a construção de os novos loteamentos ao redor do quilombo Mesquita, o que resultou também em vendas de terras que eram herança, o que ocasiona o enfraquecimento da organização social e das tradições da comunidade

Hoje em dia, além de o clima ter sido modificado substancialmente, segundo o que relatam, não há mais união entre as pessoas nem permanece o mesmo valor dado à terra. Além disso, afirmam que o custo de vida aumentou, tendo em vista que até pouco tempo (há menos de 20 anos) não havia luz elétrica no povoado nem a necessidade de se ter estudo *para ser alguém na vida*. Viviam-se bem com pouco. Em relação aos filhos que não conseguem emprego na cidade e acabam trabalhando para os fazendeiros da região como peões ou diaristas, os mais velhos acham que isso é *jogar o tempo fora*, porque o trabalho bom mesmo é aquele que realizado no seu próprio *pedaço de chão* (Santos, 2012, p. 34).

A modernidade e o capitalismo trouxeram para a comunidade várias mudanças, como os maquinários que ajudam no processo de plantio e colheita, mas também trouxeram um contraponto quanto às tradições e ao tempo atual, no qual a coletividade comunitária e a família eram base para uma produção farta.

Atualmente poucos moradores sustentam a família da forma como era no “Tempo de Aleixo”, a tradição, o cultivo do marmelo e a preparação da marmelada eram repassados de pai para filho, de geração a geração.

Como o saber do marmelo é transmitido de pai para filho, a não transmissão dos conhecimentos necessários à plantação, à poda e à fabricação da marmelada acaba por não renovar a próxima geração de marmeleiros da região, além de prejudicar a manutenção dos marmelais atuais. Essa dificuldade é sentida pelos mais velhos, que ainda trabalham na terra e que acabam contando com a ajuda de poucas pessoas, tais como alguns parentes mais próximos e compadres, para realizarem as etapas necessárias à fabricação da marmelada (Santos, 2012, p. 31).

Desde pequenos as novas gerações são instruídas a estudarem para conseguir um bom emprego e ganhar bem e geralmente esses empregos são fora da comunidade, o que acaba distanciando-os das tradições do território, pois a vida e o trabalho na cidade oportunizam mais os jovens e por outro lado enfraquecem os valores tradicionais, o que enfraquece a prática de repassar os ensinamentos para os mais novos e fortalecer a cultura local, como descreve Santos (2012, p. 32)

[...] não são encontradas atualmente no povoado famílias que trabalhem exclusivamente com o roçado e com a produção da marmelada, como havia antigamente. Por sua vez houve, entre aqueles que ainda realizam esse trabalho, um tipo de especialização dos atributos relativos à fabricação da marmelada. Onde antes havia o envolvimento da família em todas as fases do processo de fabricação do doce, desde a plantação do fruto até a produção das caixetas, agora são encontrados alguns poucos indivíduos responsáveis apenas pela produção do fruto, enquanto outros se dedicam exclusivamente à fabricação do doce. Para a fabricação das caixetas, contratam empregados (um ou dois homens) ou quando têm sorte, contam com a ajuda de um ou outro filho. O trabalho que antigamente era coletivo, agora passou ao domínio individual. A poda do marmelo que antigamente era realizada em mutirão, atualmente é o serviço do requisitado Seu César, antigo conhecedor da ciência do marmelo.

Muitas terras foram vendidas e apropriadas por pessoas que não eram da comunidade e fazendeiros da região, o que contribuiu para o enfraquecimento da identidade e território quilombola. Diante de todo contexto histórico e territorial do Mesquita, podemos perceber a necessidade de incentivo dos resgates das tradições culturais da comunidade em fortalecer a identidade quilombola do local, a interação com o território, a relação de biointeração do marmelo para as novas gerações, o trabalho em família, a coletividade entre os moradores a partir do cultivo do marmelo, a produção da marmelada e a agricultura familiar.

Atualmente existe uma grande dificuldade na titulação das terras do Quilombo Mesquita, assim como em outras comunidades quilombolas, mesmo tendo o reconhecimento constitucional como disposto no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Com essa dificuldade na titulação, comunidades quilombolas podem perder suas terras.

Isso tem acontecido em decorrência do interesse das especulações imobiliárias, desenvolvimento globalizado que são movidos pelo capitalismo, visando ao crescimento econômico e geração de renda, deixando de lado a dimensão ecológica, territorial e social da

comunidade.

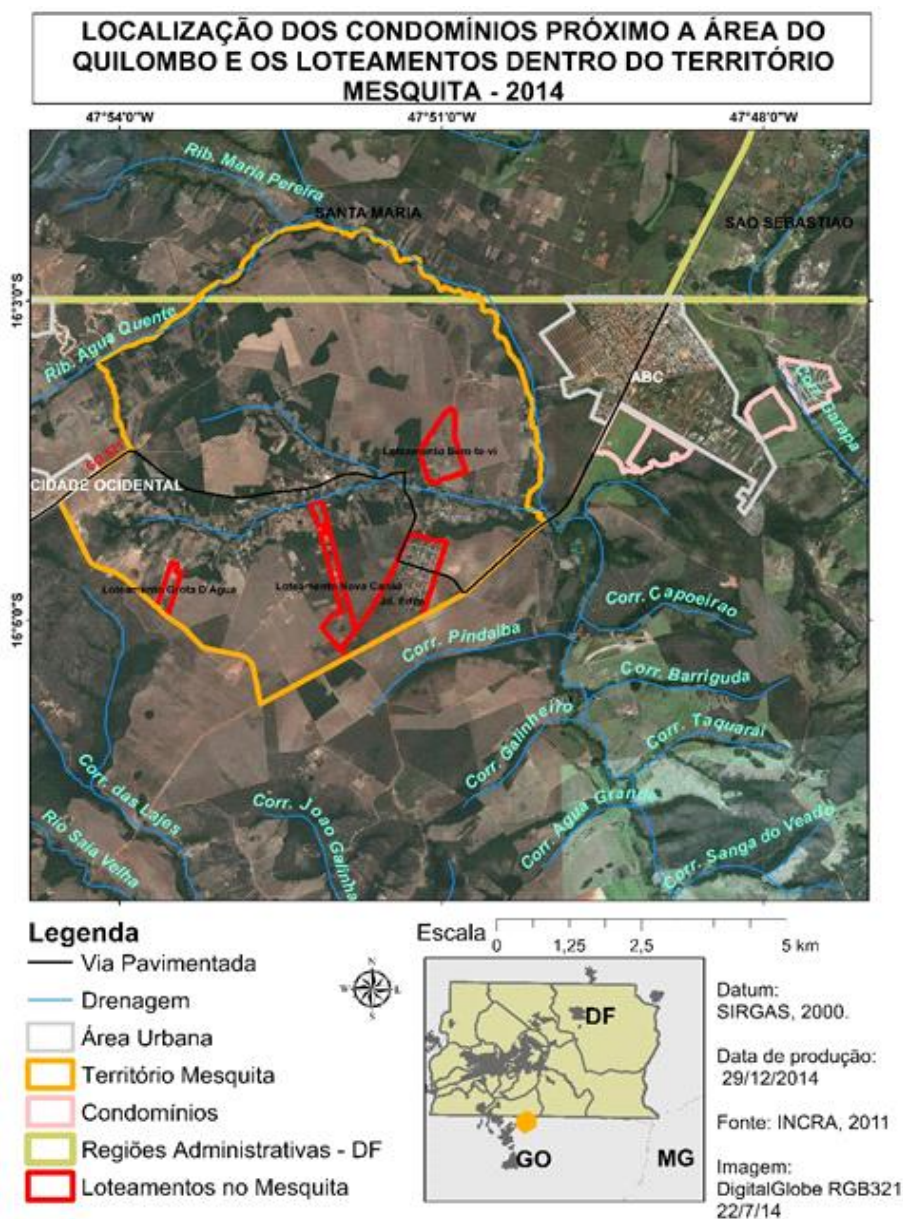
Na Figura 28, o mapa elaborado pelo INCRA em 2011, é possível identificar que próximo à área do Mesquita, que está identificada pela cor amarela, existe loteamentos como o Jardim Edite e chácaras de lazer como a Bem-te-vi, o Loteamento Nova Canaã e o Loteamento Grota d'água, que estão identificados pela cor vermelha. Nos últimos anos, entretanto, têm ocorrido atividades comerciais fundiárias, mesmo considerando que se trata de uma comunidade quilombola certificada pela Fundação Cultural dos Palmares e com o RTID elaborado pelo INCRA, já publicado no Diário Oficial da União (Aguiar, 2015).

Conforme o Levantamento Fundiário do INCRA (2011), o condomínio rural de chácaras Bem-te-vi conta com 19 proprietários, além de vários lotes ainda desocupados, distribuídos em uma área total de 40 alqueires. Já o Loteamento Nova Canaã compreende uma gleba de aproximadamente 66 hectares, dividida em 30 lotes com tamanho mínimo de 2 hectares, padrão que também se assemelha à ocupação observada na área denominada Grota d'Água (Aguiar, 2015).

Por outro lado, o bairro Jardim Edite localizado dentro do território Mesquita apresenta características urbanas, mas com infraestrutura limitada. Apenas a rodovia GO-521, que atravessa o bairro, é pavimentada, enquanto os serviços de saúde, educação e segurança pública são inexistentes. Segundo o levantamento do INCRA em 2011, o bairro possui cerca de 1500 lotes, com 500 famílias residentes, sendo quatro delas quilombolas. A maioria dessas famílias tem rendimentos abaixo de um salário-mínimo, com muitas dependentes de programas sociais dos governos federal e estadual.

Próximo ao território da comunidade Mesquita pode se ver o crescimento de loteamentos, bairros e condomínios, o que aumenta o interesse de diversos setores na apropriação das terras pertencentes ao Quilombo, como grileiros, fazendeiros e o mercado imobiliário.

Figura 27 – Localização dos condomínios nas proximidades do quilombo Mesquita



Fonte: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/conteudo/parte3/04.html>

De acordo com o INCRA, autarquia responsável pela titulação dos territórios quilombolas, a política de regularização fundiária é uma forma de reparação histórica e tem importância crucial para assegurar a dignidade e a continuidade dos quilombos, que permanecem até hoje como um símbolo de resistência negra.

Muitas dessas terras mostradas na Figura 28 foram compradas de pessoas que não tinham muito entendimento na época sobre o território do Quilombo Mesquita. No documentário “Quilombolas de Mesquita: Os brasileiros que iniciaram a construção da capital

do Brasil”, a líder comunitária Sandra Braga relata que “tem relato aqui de uma fazenda que foi trocada por um terno... uma vestimenta... e imagina um terno é o preço que tem essa fazenda aqui dentro”, acrescenta sobre a forma como eram realizadas as medições, o registro em cartório e o valor que o território possui por sua história:

A pessoa comprava 10 fechavam sabe lá Deus... Que ainda era na corrente, que ainda era na corda a medição. Então tem muitas terras aqui que não correspondem com o valor comprado, os cartórios registravam muitas coisas aqui, que não se não corresponde com que tem aqui. Nós sabemos quanto que vale tudo isso aqui cada metro cada espaço, porque ele não é só a questão do poder do dinheiro, isso aqui tá muito ligado na ancestralidade, isso aqui está muito ligado na cultura, isso aqui tá muito ligado nos nossos que é as nossas famílias... quando eu sou retirada do meu direito de ir aqui na tia Zilda que mora aqui ao meu lado, que tem várias cercas que não me deixa mais passar, isso me dói na alma! (ONG Transforme, 2021).

Relata que os “trieiros”, que são as caminhadas fáceis que faziam de uma casa a outra foram tirados, pois agora tinham cercas que não os deixam passar, antes eles tinham um elo maior quando iam passando pelas casas da comunidade, agora é um Mesquita cercado por cercas de fazendas, o caminho que é utilizado hoje é diferente, pois não se pode passar por dentro das outras propriedades.

Sandra relata a situação de Dona Tina, que não tem energia elétrica própria “e nem energia elétrica dona Tina não tem dela é ele que fornece a gambiarra para casa dela e ela tem a energia ali cedida por ele não tem um padrão digno a luz diga no nome da dona Tina”.

Durante a roda de conversa *Caminhos para a Superação dos Conflitos em Territórios Quilombolas*, desenvolvida no evento “Escuta Quilombo”, enquanto a roda de conversa ocorria, uma moradora compartilhou que já fazia seis meses que sua casa estava sem abastecimento de água. Ela relatou que o proprietário da terra onde a água é captada havia interrompido o fornecimento para sua família, forçando-os a depender de doações de água de vizinhos e familiares para atender às necessidades diárias.

Ao questionar essa situação à entrevistada n.º 2, ela nos responde:

A gente vê muita briga mesmo, né! Tanto entre quilombolas, quanto não quilombolas, por cauda de água. Agente está com um problema muito grande aqui, de um quilombola que o cara da fazenda do Sarney, porque ele não está deixando a água descer para esse quilombola. Quando tem alguma coisa assim, que ele fica sabendo que, há... O Ministério Público vai estar na comunidade, vai ter gente e ele espertinho já abre a água para descer, para não ter flagrante, por que precisa pegar um flagrante, mas até hoje não conseguiu! Mas é só Ministério Público ir embora que ele vai lá e fecha a água.... Aí o pessoal fica sem água. Muita gente depende né! Por exemplo, para a criação de gado, de peixe.... Esse menino tem criatório de peixe, sem água... (Entrevistada N°2).

Outro desafio enfrentado pela comunidade envolve a compra de terras por terceiros para a construção de condomínios clandestinos, já que o registro de propriedades dentro de áreas quilombolas é proibido. Em um desses casos, foi concedida uma licença para desmatar 84 hectares de cerrado para a construção do condomínio Damas. Sandra Braga, junto com outros moradores e familiares buscaram apoio de várias formas, incluindo o Ministério Público Federal e outros órgãos, conseguindo interromper o desmatamento após aproximadamente 30 hectares já terem sido destruídos. O condomínio Damas foi transferido para fora dos 4.200 hectares delimitados no RTID, ele ainda foi construído em terras quilombolas próximas, que ficaram de fora do relatório oficial e hoje abrigam o condomínio Alphaville Damas. A presença desses empreendimentos em áreas tradicionais está crescendo cada dia mais.

No processo de regularização territorial (RTID), mais de 785 famílias foram cadastradas no Quilombo Mesquita, e o relatório delimita um território de 4.200 hectares, especificando onde ele começa e termina. No entanto, essa área não inclui as porções de terras que a comunidade perdeu antes da delimitação atual, ilustrando a dimensão reduzida do território quilombola hoje.

4.1 A relação socioambiental

Atualmente, as famílias da comunidade de Mesquita dedicam-se à conservação de seus marmelais e das árvores frutíferas e nativas, mantendo um viveiro que cultiva mudas regionais no Espaço João Dito. Essa dedicação reflete o compromisso da comunidade com a conservação ambiental e com a manutenção de suas tradições.

No entanto, o território enfrenta desafios significativos, como desmatamento e vendas irregulares de propriedades, o que têm enfraquecido a identidade territorial da comunidade e facilitado a aproximação da especulação imobiliária. Esses desafios ambientais e a ameaça à integridade do território destacam a importância de uma Educação Ambiental contextualizada para a comunidade.

Em linhas gerais, as discussões político-pedagógicas sobre educação ambiental surgem na segunda metade do século XX em resposta aos problemas ambientais gerados pelo modelo de desenvolvimento disseminado no período pós-guerra. Esse movimento busca sensibilizar e conscientizar as pessoas sobre os transtornos ambientais que afetam a qualidade de vida no planeta (Ramos, 2001).

A Educação Ambiental – EA surgiu da necessidade de adotar uma visão de mundo e práticas sociais que pudessem diminuir os impactos do modelo de desenvolvimento industrial capitalista, intensificado pela recuperação econômica dos países desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial. Carvalho (2008) destaca que a Educação Ambiental (EA) faz parte do movimento ecológico, surgindo em resposta à crescente preocupação da sociedade com o futuro da vida e a qualidade da existência das gerações presentes e futuras. A EA busca construir novas formas de interação entre os grupos sociais e o meio ambiente.

Os movimentos ecológicos tiveram um importante papel ao trazer a crise ambiental como uma questão de interesse público. Inicialmente, a EA foi concebida como uma prática de conscientização, destinada a alertar sobre a desigualdade no acesso aos recursos naturais e a engajar os cidadãos em ações socialmente e ambientalmente responsáveis.

De acordo com Carvalho (2008), no Brasil e na América Latina a década de 1970 é marcada pela luta pela democracia em um contexto de governo autoritário. Nesse período inicia a configuração de um conjunto de ações, entidades e movimentos que se nomeiam ecológicos ou ambientais e no âmbito governamental, uma estrutura institucional voltada para a regulação, legislação e controle das questões de meio ambiente.

Em 1972, a EA começa a ser objeto de discussão de políticas públicas na I Conferência Internacional sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, Suécia (Carvalho, 2008). Logo depois, em 1977, na Geórgia, surge uma das principais iniciativas sendo a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, que consolidou a EA como uma nova abordagem educacional, definindo diretrizes para sua prática. O documento da UNESCO foi intitulado “A Educação Ambiental: as grandes Orientações da Conferência de Tbilisi”, tornando-se referência para profissionais, instituições e órgãos responsáveis pela EA. Esse texto destaca objetivos, princípios norteadores e estratégias fundamentais para o desenvolvimento da EA. Esse evento destacou três aspectos fundamentais: aquisição de novos conhecimentos, desenvolvimento de valores e padrões de conduta sustentáveis e compreensão da interdependência ambiental. Assim, a EA foi estabelecida como uma abordagem interdisciplinar e sistêmica para resolver problemas ambientais (Ramos, 2001).

Em 1987, ocorre a Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental em Moscou. No âmbito da Constituição Federal – CF (Brasil, 1988), em seu Art. 225, o meio ambiente é entendido como “bem de uso comum do povo” (Ramos, 2001). Nas décadas de 1980 e 1990, inicia-se o avanço da consciência ambiental e a EA se torna mais conhecida.

No Brasil, em 1992, o Rio de Janeiro sediou a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o objetivo de estabelecer acordos, estratégias, partindo do princípio de que se respeitem “os interesses de todos e se proteja a integridade do sistema ambiental e o desenvolvimento mundial”, buscando estratégias globais para proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável (Ramos, 2001).

De acordo com Ramos (2001), a conferência destacou as crescentes desigualdades globais, agravadas pela pobreza, doenças e degradação ambiental, propondo o desenvolvimento sustentável como solução. O evento expôs divergências entre países ricos e pobres, com a falta de compromisso de algumas nações desenvolvidas em assumir responsabilidades financeiras diferenciadas. Na educação ambiental, o capítulo 36 da Agenda 21 reforçou as diretrizes de Tbilisi, enfatizando o foco no desenvolvimento sustentável como prioridade.

Nesse mesmo evento, as ONGs e os movimentos sociais de todo mundo no Fórum Global, que ocorreu paralelamente a Rio-92, formularam o Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis, definindo o marco político para o projeto pedagógico da EA, esse tratado está na base de formação da Rede Brasileira de Educação Ambiental, ele aposta na formação de novas atitudes e posturas ambientais como algo que deveria ser integrado à educação de todos os cidadãos (Carvalho, 2008).

No contexto brasileiro, a EA buscou uma definição conceitual universal que pudesse ser aceita por todos os envolvidos nessa prática educativa. No entanto, essa busca foi gradualmente substituída pela percepção da crescente diversidade de perspectivas e abordagens entre os diferentes atores que compartilham o mesmo campo de atividades e saberes da Educação Ambiental.

Inicialmente, a EA era vista como um conhecimento e uma prática focada principalmente na preservação ambiental, seguindo a lógica de que “conhecer leva a amar, e amar leva a preservar”. Essa abordagem era guiada pela conscientização ambiental e fundamentada na ciência ecológica (Layrargues; Lima, 2014, p. 25). Mas a prática da EA vai além de temas como preservação da natureza e uso consciente dos recursos naturais. A EA é um campo multidisciplinar que integra diversas áreas de pesquisa e leva em consideração as necessidades e responsabilidades que temos em relação ao meio ambiente. Seu objetivo é contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, capazes de atuar na sociedade de maneira comprometida com o bem-estar social.

Segundo Layrargues e Lima (2014), a educação ambiental no Brasil pode ser dividida

em três macrotendências político-pedagógicas: duas de caráter conservador, chamadas de conservacionista e pragmática, e uma de caráter alternativo, denominada tendência crítica.

A macrotendência conservacionista é uma prática educativa que busca despertar uma nova sensibilidade humana em relação à natureza, promovendo uma conscientização ecológica. Já a macrotendência pragmática inclui abordagens educativas voltadas para o desenvolvimento sustentável e o consumo consciente. Essa tendência representa um ambientalismo focado em resultados e promove a resolução de problemas ambientais locais através da responsabilidade individual, incentivando a ideia de que cada pessoa deve “fazer sua parte” para enfrentar a crise ambiental, promovendo a mudança de hábitos (Layrargues; Lima, 2014).

Por outro lado, a macrotendência crítica abrange abordagens da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental. Essa tendência busca um enfrentamento político das desigualdades e injustiças socioambientais, diferenciando-se dos outros modelos por não se limitar a ações individuais e reducionistas, mas por promover uma abordagem mais ampla e transformadora

A educação ambiental crítica, é aquela que em síntese busca pelo menos três situações pedagógicas: a) efetuar uma consistente análise da conjuntura complexa da realidade a fim de ter os fundamentos necessários para questionar os condicionantes sociais historicamente produzidos que implicam a reprodução social e geram a desigualdade e os conflitos ambientais; b) trabalhar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais ante as relações de expropriação, opressão e dominação próprias da modernidade capitalista; c) implantar a transformação mais radical possível do padrão societário dominante, no qual se definem a situação de degradação intensiva da natureza e em seu interior, da condição humana (Layrargues; Loureiro, 2013, p. 64).

Diante do panorama político-pedagógico da Educação Ambiental, a discussão sobre a relação entre identidade e território no Quilombo Mesquita pode ser compreendida pelas lentes do campo da educação ambiental crítica e o movimento por justiça ambiental. Essa abordagem surge da necessidade urgente de defender a integridade do território diante das ameaças locais e regionais com base nos elementos da sua própria cultura, seus saberes e suas práticas tradicionais que configuram uma epistemologia ecológica própria e sustenta seu modo de vida baseado na biointeração.

Esses saberes são fundamentais para a conservação das propriedades e da identidade local. Atualmente, a comunidade do Mesquita enfrenta desafios significativos, como a expropriação e a destruição ambiental, frequentemente resultante de atividades de

desmatamento promovidas por grandes propriedades ao redor da comunidade. Essas atividades degradam as matas e reservas existentes, colocando em risco o modo de vida e os recursos naturais que a comunidade quilombola valoriza e procura conservar. É nesse sentido que entendo a sua luta territorial pela perspectiva da ontologia política do território sugerida por Escobar, pois esse modo de vida é indissociável da terra, das matas e da água, que garantem a tecitura cotidiana desse modelo de vida, dessa ontologia relacional em que a existência desses componentes é interdependente, se atualiza nas práticas cotidianas das relações com o marmelo, com o hibisco e com outras tantas práticas reconhecidas como tradicionais.

Uma perspectiva crítica, em termos educacionais, não só deve reconhecer e valorizar o conhecimento local, mas também fortalecer a capacidade da comunidade de enfrentar e resistir às pressões externas, promovendo lutas políticas, práticas sustentáveis e proteção do território como um bem comum, o que se alinha ao propósito dos Movimentos Sociais por Justiça Ambiental que lutam pela urgência em proteger a integridade dos territórios tradicionais, ameaçados pelas dinâmicas locais e regionais de exploração econômica.

Segundo Layrargues e Puggian (2018), as práticas dos Movimentos Sociais também têm uma dimensão pedagógica onde aparecem as oportunidades de uma aprendizagem coletiva, uma educação informal vinculada ao processo de luta política, uma educação ligada ao aprendizado da experiência da mobilização social pela defesa de uma causa em comum, onde as rotinas de trabalho coletivo estão ligadas à convivência diária entre crianças, jovens e adultos: vivendo e lutando. E é por meio dessa vivência e dessa luta constante que os participantes dos Movimentos Sociais também se tornam produtores de saberes. Esses saberes não sustentam apenas seus modos de vida, mas orientam a criação de estratégias de resistência e mobilização política.

Os saberes produzidos pelos Movimentos Sociais e a prática da militância configuram uma forma de educação que se desenvolve junto com a experiência vivida na própria luta política. Essa educação vai ao encontro do direito legítimo de pertencimento ao território, muitas vezes ameaçado ou degradado, com a reivindicação democrática de políticas públicas de grande impacto, capaz de propor um novo significado ao modelo de desenvolvimento capitalista, questionando suas consequências:

É uma Educação de base comunitária, que aprofunda o senso de pertencimento comunitário a um dado território, fortalecendo o nexo coletivo orgânico com o Movimento Social ao longo do processo de defesa ou conquista de direitos sociais e

humanos.

É uma Educação marcada pela posição contra-hegemônica, subversiva a uma ordem social opressora e injusta, que parte do princípio do combate à injustiça e desigualdade, e que habilita comunidades vulneráveis e em risco para a atuação política na esfera pública, canalizando as estratégias de mobilização e controle social, exercida pelos próprios grupos, por meio de uma pedagogia da resistência.

É uma Educação que adota instrumentos pedagógicos alternativos e que promove novas formas de pensar o território, de modo mais abrangente, considerando suas relações com o racismo, a injustiça e a desigualdade, como o *Toxic Tour*, o cinema ambiental freireano, a participação em audiências públicas.

É uma Educação que, por compartilhar de princípios orientadores e leituras conjunturais comuns, se articula com a Educação Popular, a Educação em Direitos Humanos, a Educação do Campo e a Educação Ambiental Crítica, e possui vínculos viscerais com a Justiça Ambiental – o recorte temático específico da pauta ambiental pela perspectiva dos Movimentos Sociais – embora o grupo avalie que, apesar da afinidade, ainda há espaço para se desenvolver uma aproximação mais orgânica. (Layrargues; Puggian, 2018, p. 143).

O processo educativo desenvolvido pelos movimentos sociais pode ser denominado como Pedagogia da Resistência, que busca promover a interação com processos democráticos, especialmente na construção de direitos humanos e no enfrentamento da opressão ambiental. Essa abordagem fortalece o senso de pertencimento local e o envolvimento comunitário, principalmente entre aqueles que sofrem com a injustiça socioambiental, fornecidos como base para o engajamento ativo na defesa do território ameaçado.

Essa Educação Ambiental voltada para a Pedagogia da Resistência faz uma reflexão sobre as causas estruturais da injustiça socioambiental, além de estimular a compreensão da conjuntura histórica, política e econômica, que torna insustentável o modelo da sociedade capitalista, tem a ver com o sentido de pertencimento ancestral e coletivo, transbordando para a experiência da formulação de políticas públicas de envergadura nacional, pensando em projetos contrários ao modelo capitalista, buscando novas alternativas para a organização social (Layrargues; Puggian, 2018).

A pedagogia da resistência enfatiza a necessidade de reconstruir as relações de poder que perpetuam a invisibilização dos povos tradicionais e dos seus direitos. Por meio de processos educativos que combinam crítica social e engajamento comunitário, as práticas ambientais quilombolas são reconhecidas como alternativas sustentáveis frente ao modelo de desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, o fortalecimento das capacidades locais para resistir e propor novas formas de convivência com o ambiente promove uma visão de território não apenas como um espaço físico, mas como um lugar de memória e resistência.

Nesses termos, a luta política do movimento quilombola dentro da comunidade do Mesquita converge com os princípios da educação ambiental crítica e o movimento por justiça ambiental. Essa abordagem se justifica pela urgência de proteger a integridade do território

quilombola, ameaçado pelas dinâmicas locais e regionais de exploração econômica. Trata-se de uma educação ambiental crítica, alinhada à pedagogia da resistência, que promove um diálogo que valoriza os saberes tradicionais enquanto resistência política.

Nesse contexto, os saberes das comunidades quilombolas não surgem apenas como elementos culturais, mas como práticas fundamentais para a conservação ambiental e afirmação de sua identidade territorial. Essa pedagogia da resistência visa fortalecer o sentimento de pertencimento e a capacidade de mobilização política dos quilombolas, reafirmando a sua identidade, aprendendo com a luta coletiva, sendo ela uma luta pedagógica no sentido de resistência aos conflitos territoriais, à desarticulação das tradições da comunidade. Esse é o movimento articulado pelas famílias que se identificam como quilombolas e lutam por uma territorialidade específica que garanta a continuidade do seu modo de vida, seja dentro da escola, seja através da associação. Esse movimento faz frente ao cenário de conflitos sobre o território, tanto internamente quanto diante dos diferentes tipos de invasores externos.

No próximo item, abordo os desafios enfrentados pela comunidade em relação aos impactos socioambientais, como o desmatamento, as queimadas, as irregularidades na demarcação territorial e as invasões. Esses problemas, que ameaçam a integridade ambiental e cultural da região, são frequentemente provocados através de atividades realizadas por grandes propriedades ao redor da comunidade. Esses conflitos agravam a vulnerabilidade do território e destacam a necessidade urgente de ações que promovam a defesa dos recursos naturais e o fortalecimento da identidade comunitária, assim como a titulação definitiva do território como sendo território quilombola.

4.2 Roda de conversa “Caminhos para a superação de conflitos em territórios quilombolas”

Nos dias 30 e 31 de agosto de 2024, ocorreu no Quilombo Mesquita o evento “Escuta Quilombo – Atendimento jurídico integral e gratuito à comunidade”. O evento foi organizado pelo Comitê Goiano de Direitos Humanos – Dom Tomás Balduino, Defensoria Pública da União – DPU, Defensoria Pública do Distrito Federal – DP-DF, Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ e Defensoria Pública do Estado de Goiás – DPE-GO, oferecendo os seguintes serviços pela DPE-GO e DP-DF: Orientação jurídica em geral, regularização de guarda e pensão alimentícia (consensual),

divórcio e dissolução de união estável (consensual), divórcio litigioso sem filhos menores e sem bens, reconhecimento de união estável com pedido de conversão em casamento investigação de paternidade/maternidade (com o sem realização de DNA), reconhecimento de paternidade/ maternidade socioafetiva e multiparentalidade, retificação de registro civil, alteração de prenome e gênero de pessoas transgênero, emissão de 2ª via de certidão de nascimento e de óbito, requerimento para gratuidade da carteira de identidade. A Defensoria Pública da União – DPU ofereceu os seguintes serviços: aposentadorias, salário-maternidade, auxílio emergencial, auxílio-reclusão, auxílio-doença, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

A roda de conversa *Caminhos para a Superação de Conflitos em Territórios Quilombolas* (Anexo III) realizada no dia 31 de agosto foi mediada por defensores públicos da União, Distrito Federal e Goiás. O evento teve como objetivo ouvir a comunidade do Quilombo Mesquita, especialmente sobre as experiências e desafios vividos dentro do território. Durante a conversa, reforçou-se a importância do reconhecimento e da efetivação dos direitos das comunidades quilombolas.

Saulo Costa, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma organização ecumênica ligada à Igreja Católica e que atualmente atua no estado do Maranhão, comentou sobre o aumento dos conflitos agrários no estado de Goiás e em todo o Brasil, com ênfase nas áreas quilombolas. Ele acrescentou que

[...] o Estado do Goiás tem um agravante de que os conflitos no campo estão crescendo acima da média nacional. Enquanto a média nacional está em torno de 4,8% aproximadamente, né? O crescimento dos conflitos, aqui está na casa do 7%, 8%, quase 8% ao ano. Isso é... Se a gente pegar uma linha histórica dos últimos 10 anos. Então, hoje, Goiás é o quinto estado mais perigoso pra comunidades quilombolas, acampados, assentados da reforma agrária viver. Então, é uma situação que vem se agravando, mas também é uma história de resistência. Quando a gente pega as famílias que lutam pelo acesso à terra, que estão sofrendo inclusive, com leis que tentam criminalizar quem está lutando pelo acesso à terra, que, por sinal é reconhecido na constituição federal... Mas a situação tem ficado mais difícil, sobretudo nos últimos seis anos, com a mudança do marco legal da mineração, com a mudança dos estados de combate orçamentário. Da legislação estadual e da legislação nacional que flexibiliza direitos, dá muito direito para grandes grupos econômicos sejam grandes fazendas do agronegócio sejam grandes mineradoras ou grandes pessoas físicas latifundiárias que é um pouco o caso de vocês aqui [...]

(Saulo Costa, CPT, 2024).

Durante a roda de conversa, foi abordado o fato de que a Constituição Federal garante o direito tanto daqueles que buscam o acesso à terra quanto daqueles que lutam para defender ou garantir a regularização de seu território, como ocorre com as comunidades quilombolas. O

Estado brasileiro reconhece os direitos das famílias quilombolas em virtude dos sofrimentos impostos aos seus ancestrais, que foram explorados, mortos e torturados.

Para que uma comunidade quilombola exerça esse direito, é essencial que ela se configure como tal, mantendo seu modo de vida, cultura, produção e identidade. Observa-se que as comunidades que conseguem manter esses elementos têm maior capacidade de resistência diante dos conflitos e de se organizar. Em contextos de disputa territorial, uma prática comum entre fazendeiros e políticos locais é tentar dividir a comunidade, seja comprando o apoio de alguns membros ou persuadindo-os a agir contra os interesses coletivos. Quando essas divisões internas surgem, o grupo se enfraquece, e alguns começam a se afastar de seus costumes e valores culturais, enfraquecendo também sua identidade.

A entrevistada n.º 2 relatou ter ouvido várias vezes comentários questionando sua identidade quilombola devido ao fato de possuir celular, carro e uma casa digna. Segundo ela, muitos pensam que, por terem um padrão de vida semelhante ao de outros cidadãos, não seriam mais quilombolas. No entanto, o que define identidade de um grupo étnico é a sua autoidentificação. As tradições, festas religiosas, práticas de fé, organização comunitária e modos de produção são vistas como parte essencial da força e da identidade de uma comunidade quilombola. Quando esses valores são enfraquecidos, a identidade e a unidade do grupo também são comprometidas.

A roda de conversa teve como propósito a defesa dos direitos humanos, fortalecendo o Mesquita como um coletivo. Esse fortalecimento é fundamental para que a comunidade quilombola possa reivindicar direitos já garantidos pela lei, mas que muitas vezes são desrespeitados.

A comunidade do Mesquita já perdeu muito do seu território e hoje a melhor ferramenta de resistência e estratégia de luta é garantir a unidade por meio do resgate da história, do modo de viver, a cultura de como plantar, a cultura de como fazer e produzir um doce, produzir uma comida, tudo isso caracteriza a comunidade como povo portador de direitos.

Essa questão do fortalecimento principalmente da juventude quilombola, os que estão aí chegando, os novos que no futuro vão fazer a diferença que seus pais faziam, que os ancestrais, que os mais velhos dessa comunidade faziam e resistem até o presente momento. É importante trazer esse contexto que foi discutido, pois trata de reconhecimento de identidade, fortalecimento das raízes, laços comunitários fortalecidos para que seus direitos sejam de fato exigidos e não só exigidos, sejam efetivados. E esse é um papel de defensoria pública,

trabalhar na efetivação desses direitos.

Durante essa roda de conversa, a líder quilombola Sandra Braga ressalta que todos os moradores são líderes e porque são mulheres e homens combatendo toda forma de desigualdade e preconceito. Fala da importância da que a comunidade precisa entender e fazer esse enfrentamento, que ele é diário, pois todos os dias eles têm uma violação de direitos. É muito importante internalizar para que os mais jovens, as crianças, tenham esse direito assegurado.

Sandra Braga enfatiza a importância de ter a DPU, DPE-GO, DP-DF, o Ministério Público Federal e também a pessoa do Procurador Federal, José Ricardo, que está muito presente na comunidade trabalhando para a questão da titulação do território, que é uma luta difícil e árdua:

[...] Lutar pela titulação hoje, lutar pelo território, garantia de direitos é algo que não deveria ser da forma que é! Que até hoje nós temos que fazer enfrentamento para valer esse nosso direito estamos aqui ancestralmente, [...] que é aqui ao lado da capital federal com 278 anos de registro paroquial Saulo e os demais. E a gente ainda tem que lutar para valer esse direito ainda! Até quando? [...] e outros quilombos no Brasil lutando também né! Recentemente nós comemoramos que não é comemorar é algo doloroso falar, mas tenho que trazer para essa roda fez um ano de morte da mãe Bernadete. Dia 17 de agosto uma senhora com setenta anos, setenta anos! Morta com vinte e dois tiros! Vinte e dois tiros! Por lutar por uma titulação do seu território! Uma mãe, uma zeladora de santo, uma zeladora de ancestral, uma zeladora daquele quilombo... E assim dói na alma quando a gente lembra de mãe Bernadete. E ela esteve aqui no nosso quilombo duas vezes nos visitando. Aquela foto que veiculou dona Bernadete quem fez a foto dela é esse jovem aqui o Walisson Braga. Aquela foto que viralizou ao mundo né! Ela olhando com aquela cena maravilhosa.... Então foi esse jovem que fez essa foto de mãe Bernadete e ele disse quando fez a foto dela, que mãe Bernadete seria um marco pela idade por tudo aquilo, mas não entendia que a foto já era para virar o mundo, que aquela pessoa estaria nos deixando (Sandra Braga, 2024).

Uma líder quilombola da comunidade relata que já sofreu e sofre várias ameaças por lutar pelos direitos da comunidade. Um de seus relatos que me deixou em choque foi de que um dia, na propriedade de sua família, fizeram uma “cova” como intimidação à líder. Ela relata que diariamente tem seus cuidados ao transitar pela comunidade. O território sofre várias violências. Ao transitarmos pelo Mesquita, não é possível identificar onde começa e onde termina o território, pois todas as placas que tinham identificação como “Quilombo Mesquita” foram danificadas ou retiradas.

Em todas as áreas ocupadas por comunidades quilombolas persistem conflitos graves para garantir a permanência em terras que ocupam há mais de um século. No Brasil, de aproximadamente 1.200 processos de reivindicação de terras quilombolas, apenas cerca de

100 resultaram na titulação. Esse baixo índice reflete a resistência do Estado brasileiro em efetivar um direito garantido pela Constituição. Em resposta, o Ministério Público Federal tem emitido diversas recomendações e movido ações judiciais por todo o país, buscando assegurar a concretização desses direitos.

4.3 Contexto atual

Como evidenciei no início deste trabalho, o Quilombo Mesquita vive atualmente uma divisão interna entre os que apoiam o reconhecimento oficial de seu território como quilombola e aqueles que se opõem a essa medida. No grupo favorável ao reconhecimento, destaca-se a atuação da nova associação de moradores, que tem buscado parcerias com órgãos governamentais e promovido eventos voltados ao fortalecimento da comunidade. Um exemplo significativo foi o evento “Escuta Quilombo”, que consistiu em rodas de conversa mediadas por defensores públicos para ouvir as demandas locais e elaborar estratégias de apoio à comunidade.

Além disso, a associação tem fomentado colaborações com instituições acadêmicas e educacionais. Um marco dessa articulação foi o projeto “Vivências Interculturais”, conduzido pelo Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude (NEIJ) da Universidade de Brasília (UNB). O projeto promoveu uma experiência intercultural na comunidade, resultando na produção de uma carta de apoio às demandas relacionadas aos direitos e políticas públicas para crianças e adolescentes. As demandas expressas incluíram: titulação do território do Quilombo Mesquita, fiscalização ambiental permanente, responsabilizando proprietários pelo uso indevido de agrotóxicos, educação quilombola de qualidade, abrangendo da educação infantil ao ensino médio, melhoria da infraestrutura da Unidade Básica de Saúde (UBS), implementação de políticas de lazer e cultura, preservação da memória ancestral e valorização dos saberes dos mais velhos, promoção de educação ambiental e fortalecimento da soberania alimentar quilombola, desenvolvimento de políticas culturais que valorizem a história e a memória ancestral.

A presidente da associação, Sandra Braga, também desempenha papel estratégico ao integrar a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), atuando como uma importante articuladora na luta pelos direitos territoriais do Quilombo Mesquita e no fortalecimento das garantias da população local.

Por outro lado, há também uma posição contrária socialmente significativa ao

reconhecimento territorial. Esse grupo é composto por chacareiros, grandes fazendeiros, membros do governo municipal e até alguns quilombolas com interesses econômicos relacionados à venda de propriedades. A oposição manifesta sua posição por meio de ações que incluem ameaças e intimidações, como ocorreu durante a eleição da nova associação de moradores. Apesar disso, as ameaças não têm sido suficientes para desmobilizar aqueles que lutam pelo direito coletivo da comunidade quilombola.

A luta pelo reconhecimento oficial do território quilombola tem se intensificado, com articulações sendo feitas junto aos governos estadual e federal. A demora do Estado em concluir o processo de regularização das terras está próxima de um desfecho. Uma ação judicial movida pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2008 aguarda julgamento e pode determinar que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) conclua o processo de regularização fundiária. A expectativa é de que esse passo represente uma vitória histórica para o Quilombo Mesquita, assegurando os direitos das gerações presentes e futuras.

Quanto a essas articulações que a associação vem realizando, no dia 21 de setembro de 2024, foi realizada uma visita técnica à comunidade quilombola Mesquita, em Goiás, como parte do projeto de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola – GTAQ. A oficina teve como objetivo fortalecer a gestão territorial e ambiental da comunidade. Durante o encontro, foram discutidos aspectos históricos e metodológicos do projeto, incluindo a elaboração da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola – PGTAQ e a atualização sobre os planos conduzidos pelo Ministério da Igualdade Racial – MIR. A parceria entre CONAQ, Fundo Internacional Comunitário de Direitos Terrestres, CLARIFI e RRI permitiu o desenvolvimento de ações como georreferenciamento de territórios e formação do Cadastro Ambiental Rural – CAR quilombola, promovendo a soberania alimentar e a preservação cultural. O evento destacou a importância da gestão territorial como um instrumento essencial para a continuidade e fortalecimento das comunidades quilombolas.

A gestão territorial e ambiental é fundamental para o fortalecimento das comunidades quilombolas no Brasil, promovendo a soberania alimentar, a preservação cultural e a continuidade dos territórios tradicionais. A oficina foi estruturada em uma apresentação teórica, que discutiu a importância da gestão territorial e ambiental, incluindo a preservação dos modos de vida tradicionais e a soberania alimentar.

Os principais resultados da oficina incluem a atualização sobre os planos de gestão territorial conduzidos pelo MIR, a capacitação dos participantes em ferramentas de gestão territorial, como o georreferenciamento, e reflexões sobre o fortalecimento da soberania

alimentar e da preservação ambiental. A gestão territorial desempenha um papel central na organização e continuidade das comunidades quilombolas. Ela não apenas protege o território físico, mas também reforça a organicidade social, cultural e ambiental dessas comunidades. A soberania alimentar foi destacada como um elemento essencial para a autonomia e o bem-estar da população local.

A oficina reforçou a relevância da gestão territorial e ambiental como estratégia para a salvaguarda dos direitos das comunidades quilombolas. As ações realizadas no Quilombo Mesquita representam um passo significativo na promoção de práticas sustentáveis e na consolidação da cultura e dos territórios tradicionais.

Essa oficina e os outros eventos citados neste trabalho foram iniciativas da associação da comunidade e líderes comunitários, que visam aos benefícios para a comunidade, trazendo informação, formação e parcerias para a população do Mesquita.

Durante minha atuação como pesquisadora na comunidade, observei que as lutas enfrentadas pelos quilombolas são constantes e desafiadoras. Contudo, testemunhei o fortalecimento desse grupo, que demonstra resiliência ao buscar parcerias estratégicas e estabelecer redes de apoio que potencializam suas ações. Essas iniciativas são exemplos claros de que a comunidade está trilhando um caminho promissor. Acredito que, em breve, os esforços resultarão em conquistas significativas, traduzidas em melhorias concretas para a qualidade de vida no Quilombo Mesquita.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gente é descendente de um povo que eram Reis e rainhas, que tinham impérios, que tinham uma vida bem plena na África e eles foram infelizmente sequestrados e se existe um Brasil é graças a esse povo e a gente tem que se sentir muito orgulhoso por fazer parte dessa história meu o povo resiste...

E eu existo...

Meu povo resiste...

(Wallison Braga – Quilombo Mesquita).

Este trabalho buscou compreender a relação entre identidade, território e educação ambiental na comunidade Quilombola Mesquita, enfatizando aspectos históricos, culturais e socioambientais que permeiam a luta pela preservação do território e pela afirmação da identidade quilombola. A pesquisa documental, bibliográfica e participante possibilitou uma análise das dinâmicas que moldam a resistência da comunidade diante de desafios contemporâneos, ao mesmo tempo em que evidenciou sua resiliência e protagonismo na construção de estratégias de luta cultural e ambiental.

A pesquisa destacou que o território do Quilombo Mesquita transcende sua delimitação geográfica entendida não apenas como espaço físico, mas também como um lugar de continuidade de um modo de vida e uma educação ecológica própria. Para além das dimensões simbólica e material, esse território é a expressão de uma forma específica de habitar o mundo e se relacionar com o meio ambiente, configurando uma ontologia política que persiste em meio às pressões modernizantes que investem contra esse território e contra essa identidade.

Esse território está profundamente enraizado nas práticas culturais, nas memórias históricas e na relação singular da comunidade com o meio ambiente. Tradições como a Festa do Marmelo e a Festa N’Golo, além das manifestações religiosas e culturais, revelam não apenas a riqueza cultural do Mesquita, mas também sua capacidade de resistência diante das pressões externas e internas. Essas manifestações não apenas celebram a ancestralidade, mas também fortalecem a identidade coletiva, promovendo um senso de pertencimento entre os moradores, especialmente as novas gerações.

Entretanto, os desafios enfrentados pela comunidade são amplos. A titularidade das terras permanece como uma questão central desde a certificação do território como remanescente quilombola pela Fundação Palmares em 2006. A ausência de uma demarcação efetiva cria um ambiente vulnerável às ameaças de grilagem, especulação imobiliária,

desmatamento e ocupações irregulares, que não apenas coloca em risco a integridade física do território, mas também fragilizam a continuidade das práticas culturais e das relações sociais que sustentam a identidade quilombola.

Além disso, foi identificado um desafio interno: as divisões na comunidade quanto à afirmação de sua identidade quilombola. Esses conflitos refletem os impactos históricos do racismo estrutural e das pressões econômicas, que por vezes fragmentam a luta coletiva e dificultam o enfrentamento das ameaças externas. Há a necessidade de fortalecer os laços comunitários e de ampliar a conscientização interna sobre a importância do reconhecimento identitário como um passo essencial para o avanço das reivindicações territoriais.

Através da observação e da descrição de práticas de conhecimentos ecológicos tradicionais no manejo ambiental, esta pesquisa buscou evidenciar elementos de uma educação ambiental própria, isto é, uma pedagogia própria desenvolvida pelos moradores do Mesquita ao longo de muitas gerações. Essa educação ambiental própria revela maneiras específicas de lidar com a terra e produzir alimentos e cultura. A luta por direitos também faz parte dessa pedagogia de resistência (Layrargues; Puggian, 2018). Nesse sentido, é possível reconhecer proximidades entre essas práticas e os princípios da educação ambiental crítica, principalmente nos processos de conscientização e mobilização da comunidade, integrando a conservação ambiental à valorização da história e cultura local.

A pesquisa destaca a relevância de uma abordagem interdisciplinar e participativa na educação, que valorize os saberes locais e promova o protagonismo dos quilombolas. Embora a escola local esteja situada em território quilombola, ela ainda não cumpre integralmente seu papel de fortalecer a identidade cultural da comunidade. Apesar das diretrizes nacionais que promovem a educação escolar quilombola, a implementação de práticas pedagógicas contextualizadas enfrenta desafios estruturais e políticos no cenário atual da educação formal no Mesquita. A desconexão entre o currículo escolar e os saberes tradicionais aponta para a necessidade de integrar as experiências e valores culturais do Quilombo Mesquita no ambiente educativo, de modo a fortalecer o sentimento de pertencimento e preparar as novas gerações para a continuidade de sua luta e história.

A mobilização comunitária, por meio de iniciativas como a Associação do Território Quilombola Mesquita (ATQM), tem se mostrado um instrumento importante para resistir às pressões externas e reivindicar direitos. A organização social da comunidade é uma demonstração de sua capacidade de articular estratégias de luta que envolve parcerias com instituições acadêmicas e organizações governamentais que ajudam a garantir seus direitos.

Essas iniciativas reforçam o papel da comunidade como protagonista de sua própria história, ao mesmo tempo em que ampliam o alcance de suas demandas por políticas públicas efetivas.

O Quilombo Mesquita é um exemplo de resistência, cujo estudo oferece importantes contribuições acadêmicas e sociais. Sua trajetória evidencia que a luta pelo território não é apenas uma questão de posse de terra, mas também uma forma de preservar práticas culturais, manter laços de pertencimento e proteger relações ancestrais com o meio ambiente. Reconhecer o território como espaço de “r-existência” é essencial para compreender a interseção entre identidade, cultura e sustentabilidade ambiental no contexto das comunidades quilombolas.

Essas reflexões apontam para a urgência de políticas públicas que assegurem a titularidade das terras quilombolas, promovam a valorização das tradições culturais e garantam o acesso a uma educação que integre saberes locais e tradicionais. Tais políticas não apenas fortalecem as comunidades tradicionais, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva, que reconhece e celebra sua diversidade cultural e histórica.

Por fim, esta dissertação reafirma a importância de aprofundar os estudos sobre a relação entre território, cultura e educação ambiental em contextos quilombolas. As vivências compartilhadas neste trabalho reforçam a importância de se preservar e valorizar os territórios quilombolas como patrimônio cultural e ambiental, reconhecendo a ligação entre natureza e cultura, passado e presente, e a força das comunidades na construção de um futuro sustentável. Ao documentar as experiências da comunidade Quilombola Mesquita, espera-se que este trabalho inspire novas iniciativas voltadas para o fortalecimento das comunidades tradicionais e para a preservação de seus legados culturais. A luta do Mesquita, marcada por sua resiliência e união, deve continuar a ser uma fonte de aprendizado e inspiração para a construção de um futuro onde as riquezas históricas e culturais das comunidades quilombolas sejam plenamente reconhecidas e valorizadas.

Minha eterna gratidão à comunidade Quilombola Mesquita, que resiste!

REFERÊNCIAS

ABREU, Oraida Maria Machado de. **Comunidade Quilombola Mesquita**: políticas públicas de promoção da igualdade racial – na busca da equidade. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

AGUIAR, Vinicius Gomes de. **Conflito territorial e ambiental no quilombo mesquita/cidade ocidental**: racismo ambiental na fronteira DF e Goiás. 2015. 154 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

AGUIAR, Vinicius Gomes de. **Território em conflito**: Quilombo Mesquita e os urbanos de Brasília e Cidade Ocidental, 2018. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/conteudo/parte3/04.html>. Acesso em: 5 jun. 2024.

ALVES, Adeir Ferreira. **Organização social no Quilombo Mesquita**: trabalho, solidariedade e atuação das mulheres. 2019.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Conexões dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos**: a construção de um método como enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem. 2014. 544 f. Tese (Doutorado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Cap. 07.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. **Relatório Técnico: Ação Kalunga - Laudo da Organização Territorial Periódico Eletrônica: Geobaobás**, v. 1, n. 1, 2017.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 27 de abril de 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 8, de 20 de novembro de 2012**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 21 nov. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17417-ceb-2012>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 4.887, de 20 de nov. de 2003**. Regulamenta o procedimento para

identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Portaria n.º 470, de 14 de maio de 2024**. Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://abmes.org.br/public/legislacoes/detalhe/4724/portaria-mec-n-470>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASILEIRO, Sheila; SAMPAIO, José Augusto. “Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba: uma Comunidade Negra Rural no Oeste Baiano”. In: O'DWYER, Eliane Catarino (org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Educação, Natureza e cultura: ou sobre o destino das latas. In: ZARZKZEWSKI, S.; BARCELOS, V. (org.). **Educação ambiental e compromisso social: pensamentos e ações**. Erexim: Edifapes, 2004, p. 163-174.

EVARISTO, Conceição. “**Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face**”, in Nadilza M. de Barros Moreira e Liane Schneider, **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora** (João Pessoa: Ideia, Editora UFPB, 2009).

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. “**Escrevivência**” em **Becos da memória, de Conceição Evaristo**. Belo Horizonte: Mazza, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/X8t3QSJM5dMTjPTMJhLtwgc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 nov. 2023.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental – Princípios e Práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DIONISIO, Pamela Márcia Ferreira Alves; SILVEIRA, Aline da Fonseca e Silveira. Os territórios de quilombo no Brasil sob a perspectiva da cartografia social. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, v. 14(Ed. Especi), p. 232–255, 2022. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1455>. Acesso em: 5 nov. 2023.

DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2023.

ESCOBAR, Arturo. Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 35, dez. 2015. ISSN 2176-9109.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/43540>. Acesso em: 26 ago. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.43540>.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Antonio Jeovane da Silva. **Identidade quilombola e territorialidade na comunidade de Alto Alegre/CE**: uma reflexão etnográfica sobre os processos de reconhecimento identitário e territorial na década de 2005-2015. 2017. 139 f. TCC (Graduação) – Curso de Bacharelado em Humanidades, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção-CE, 2017.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ/FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FIOCRUZ/FASE). **Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 20 jul. de 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, setembro de 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/territorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrard Brasil, 2014. p. 53-102. Território e Multiterritorialidade em questão (53-86).

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marco; SPOSITO, Eliseu (org.). **Territórios e Territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1997.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, v. 3, n. 1, p. 01- 20, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022: IBGE **Tabela 9723 - População residente em territórios quilombolas, total e quilombola, segundo os Territórios Quilombolas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9723> Acesso em: 10 maio 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Território Quilombola por Unidade da Federação Mesquita (GO)**, 2022.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico,

complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p.233-250, maio-ago. 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, p. 53–71, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100004>. Acesso em: 10 maio 2024.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Muito além da natureza**: educação ambiental e reprodução social. Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. São Paulo: Cortez, v. 1, n. 02, p. 72-103, 2006.

LAYRARGUES, Philippe P.; PUGGIAN, Cleonice. A Educação Ambiental Que Se Aprende Na luta com os movimentos sociais: defendendo o território e resistindo contra o desenvolvimentismo capitalista. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 13, n. 1, p. 131-153, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18675/2177-580X.vol13.n1.p131-153>. Acesso em: jan. 2025.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambient. soc.** [online], v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LISBOA, Danusa Benedita. **Agricultura familiar no Povoado Mesquita**: uma comunidade tradicional descendente de quilombolas. 2020. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

LISBOA, Danusa Benedita; ANDRADE, Liza Maria de Sousa; PAULINO, Mariane Silva. Bem viver no quilombo mesquita: o saber local de uma comunidade tradicional de remanescentes quilombolas. **Revista de Comunicação Dialógica**, v. 8, p. 43–69, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rcd.2022.71130>. Acesso em: 10 maio 2024.

MACHADO, Talita Cabral. **Território e identidade na globalização**: Estudo de caso na comunidade remanescente de quilombo Mesquita no município de Cidade Ocidental (GO). Dissertação (Graduação em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MELO, Benedito de Araújo. **No Caminhar da História**. Brasília: Athalaia, 2000.

NERES, Manoel Barbosa. **Educação quilombola em Mesquita**: estudo da gestão da escola a partir do processo histórico, emancipatório e das relações de conflito. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2015.

NERES, Manoel Barbosa. **Uma gestão de conflito**: o caso da escola pública do Quilombo Mesquita, Cidade Ocidental, Goiás. Disponível em: <https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/ept-dco-265>. Acesso em: out 2024.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. Desenhos de futuro: autonomia e cultura nos projetos de vida dos povos indígenas em Roraima/Brasil. **Abya-yala: Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 202–225, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/47099>. Acesso em: 3 abr. 2024.

OLIVEIRA, Wesley da Silva. **Quilombo Mesquita: cultura, educação e organização sociopolítica na construção do pesquisador coletivo**. 2012. 137 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ONG TRANSFORME. 2021. "**Quilombolas de Mesquita, os brasileiros que iniciaram a construção da capital do Brasil**". Youtube, 29:54. <https://www.youtube.com/watch?v=nahBTDlBgZA&t=170s>.

PACHECO, Tânia; PORTO, Marcelo Firpo e ROCHA, Diogo. "Metodologia e resultados do mapa: uma síntese dos casos de injustiça ambiental e saúde no Brasil". In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tânia e LEROY, Jean Pierre (org.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2013, p. 36-71.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO – PPP. ESCOLA MUNICIPAL ALEIXO PEREIRA BRAGA I, 2021.

PIMENTEL, Antonio. **Pela Vila de Santa Luzia ou fragmentos de um passado**. Luziânia: Gráfica e Editora Independências, 1994.

RAMOS, E. C. Educação ambiental: origem e perspectivas. **Educar**, Curitiba, n. 18, p.201-218. 2001.

RIBEIRO, Antônia da Silva Samir. **Saberes tradicionais e educação ambiental: encontros e desencontros no Quilombo de Mesquita – Goiás**. 2014. 290 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI, UnB 2015. Disponível em: http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf. Acesso em: abr. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. "Biointeração"; "Confluências x Transfluência". In: SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Somos da terra. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo dos; SILVA, Givânia Maria da. Fuga, escola e oráculo. In: FIRMEZA, Yuri *et al.* (org.). **Composto escola: comunidades de sabenças vivas**. São Paulo: N-1 edições, 2022.

SANTOS, Edinei Carvalho dos; SILVA, Kleber Aparecido da; SOUSA, Rosineide Magalhães de. Projeto Raízes: vias de acesso aos letramentos comunitários em contexto quilombola. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 4, 2021. DOI 10.5007/1984-8412.2021.e81081. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/44625?locale=en> Acesso em: 26 jul. 2024.

SANTOS, Maria Rodrigues dos. Agroecologia e a luta pela terra. In: OLIVEIRA, Joana

Cabral de *et al.* (org.). **Vozes Vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta**. São Paulo: Ubu, 2020. p. 1-384.

SANTOS, Ivanise Rodrigues dos. **Tá fazendo marmelada, compadre? Um ensaio sobre a cultura do marmelo em Mesquita, Goiás**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Espaço e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise**. Rio de Janeiro: IPPUR / UFRJ, 1999.

SANTOS, Milton; SEABRA, Odette Carvalho de Lima; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2021. Acesso em: 21 out 2023.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **São Paulo, Revista e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago., 2005. Disponível em: <https://www.foar.unesp.br/Home/projetoviverbem/sauve-ea-possibilidades-limitacoes-meio-ambiente---tipos.pdf>. Acesso em: maio 2024.

Semana UnB - Sala 01, FAU | 27/09 | **O Bem Viver no Quilombo Mesquita**. YouTube. 27 de set. de 2021 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k_izUelWnVM. Acesso em: 01 jun. 2024.

SILVA, Givânia Maria da. Educação: Givânia Maria Da Silva. **Boletim Panorama Quilombola**. Núcleo Afro Cebrap em parceria com o LaPPA – Laboratório de Pesquisa e Extensão com Povos Tradicionais e Afro-Americanos. Lucimar Dias, Suely Castilho, Vanessa Rocha e Luiz Marcos França, além de José Maurício Arruti e Cassius Cruz. Março, 2021. Disponível em: <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2021/04/BPQ2-28abril.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.

SILVA, Givânia Maria da. Por outras epistemologias: os quilombos como espaços de construção de conhecimentos. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas | Interethnica**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 100–127, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/25545>. Acesso em: 22 out 2023.

SILVA, Cyntia Temoteo da Costa. **Lugares de memória do Quilombo Mesquita**. 2018. 56 f. TCC (Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29629> Acesso em: 01 jun. 2024.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA. **Comissão da verdade sobre escravidão negra no Distrito Federal e entorno, a verdade sobre a escravidão negra no Distrito Federal. Sindicato dos Bancários de Brasília (2016)**. Brasília: Sindicato dos Bancários de

Brasília, 2017. 206p.

STEIL, Carlos Alberto, CARVALHO, Isabel. Epistemologias ecológicas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 163-183, 2014.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento da teoria fundamentada. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TADDEI, Renzo; GAMBOGGI, Ana Laura. Etnografia, meio ambiente e comunicação ambiental. **Revista Caderno Pedagógico**, v. 8, n. 2, 2011.

Tecnologia Social e Tecnologia Convencional pela preservação comunitária dos recursos hídricos no planejamento do Território do Quilombo Mesquita – GO contra o racismo ambiental. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st07-28.pdf>. Acesso em: out 2023.

TOZONI-REIS, M. F. C.; VASCONCELOS, H. S. R. A metodologia da pesquisa-ação em Educação Ambiental: reflexões teóricas e relatos de experiência. *In*: PEDRINI, Alexandre de Gusmão; SAITO, Carlos Hiroo. (org.). **Paradigmas metodológicos em educação ambiental**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 113-131.

VILELA, Rafael Sanzio Araújo dos Anjos; FLORES, Tiago Bueno Flores. REVISTA: Utilização da cartografia temática para representação gráfica da espacialização dos territórios quilombolas na divisão municipal brasileira. **Meia - procedimentos – referências técnicas Revista Eletrônica Tempo-Técnica-Território**, v. 1, n. 1, p. 82-110, 2010. ISSN: 2177-4366 DOI: Disponível em: <https://doi.org/10.26512/ciga.v1i1.15884> Acesso em: 5 abr. 2024.

**ANEXO I – CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO / FUNDAÇÃO
CULTURAL PALMARES OFÍCIO CIRCULAR Nº 001/2006 – DPA/FCP/MINC**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES**
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Mesquita**, localizada no município da Cidade Ocidental, Estado de Goiás, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 06, Registro n. 581, fl. 91, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):

Presidente: João Antônio Pereira

Associação Renovadora dos Moradores e Amigos do Mesquita – AREME
CNPJ/MF nº 05.889.879/0001-98

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da
Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **19 de maio** de 2006.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 3424-0106 (0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242
E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

“A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)



MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Ministério
da Cultura



OFÍCIO-CIRCULAR Nº 001/2006 – DPA/FCP/MinC

Brasília, 08 de junho de 2006

A Sua Senhoria, o Senhor
Ailtamar Carlos da Silva
Superintendente Regional do INCRA de Goiás (SR-04)
Av. João Leite, 1520 Setor Santa Genoveva
Goiânia-GO
74672-020

Assunto: Envio das Certidões de Auto Reconhecimento

Senhor Superintendente Regional,

Em cumprimento ao que determina o artigo 1º, §§ 1º e 2º, artigo 3º, § 4º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, encaminhamos a Vossa Senhoria em anexo as Certidões de Auto Reconhecimento das Comunidades Remanescentes dos Quilombos e a publicação no Diário Oficial da União.

Comunidade de Baco Pari – Localizada no município de Posse – Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 06 – Registro 618 – Fl. 128, em 31/05/2006 – Publicado no Diário Oficial da União em 07/06/2006, Seção 1, nº. 108 – Folha 5.

Comunidade de Mesquita – localizada no município da Cidade Ocidental, Registro no Livro de Cadastro Geral nº 06 – Registro nº 581, Fl. 91, em 19/05/2006 – Publicado no Diário Oficial da União em 07/06/2006, Seção 1, nº. 108 – Folha 5.

Comunidade Quilombola Nossa Senhora Aparecida – Localizada no município de Cromínia – Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 06 – Registro 625 – Fl. 135, em 31/05/2006 – Publicado no Diário Oficial da União em 07/06/2006, Seção 1, nº. 108 – Folha 5.

Comunidade de Quilombolas de Minaçu – Localizada no município de Minaçu – Registro no Livro de Cadastro Geral nº. 06 – Registro 521 – Fl. 30, em 11/04/2006 – Publicado no Diário Oficial da União em 12/05/2006, Seção 1, nº. 90 – Folha 10.

Atenciosamente,


Miriam Capetana de Souza Ferreira
Diretora Substituta

ANEXO II

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

- 1 - Como era o Mesquita antigamente e o que vem mudando?
- 2 - Como sua família convive/faz com a terra aqui no Mesquita? Quais produtos cultivam?
- 3 - Me conte um pouco a história do marmelo para a comunidade?
- 4 - Quanto ao reconhecimento do território como quilombola, o que pensa sobre isso?
- 5 - Como você vê a questão do meio ambiente aqui no Mesquita?
- 6 - Quais as maiores dificuldades da população do Mesquita atualmente?
- 7 - Como você vê a Educação escolar, você acha que aborda a história local da forma adequada?

DIVULGAÇÃO DO EVENTO ESCUTA QUILOMBO - RODAS DE CONVERSA

96